



PE. RANIERO CANTALAMESSA

# ESPÍRITO SANTO

*Princípio de Vida Nova*



Canção Nova

EDITORA

PE. RANIERO CANTALAMESSA

# ESPÍRITO SANTO PRINCÍPIO DE VIDA NOVA

REFLEXÕES

SOBRE O CAPÍTULO VIII DA CARTA AOS ROMANOS

*Tradução:*

Alda da Anunciação Machado



© Copyright – Servizi Rinnovoamento nello Spirito Santo S.c.p.l

Título original: *Le primize dello spirito*

Via del Grano, 49 – 00172 – Roma

ISBN: 887878195-9

DIREÇÃO GERAL: Rafael Cobianchi

EDITORA: Jocelma Cruz

ASSISTENTE EDITORIAL: Marcelo Luiz Bermejo do Amaral

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Tiago Muelas Filú

PREPARAÇÃO: Lillian Miyoko Kumai

REVISÃO: Patricia Bernardo de Almeida

DIAGRAMAÇÃO DIGITAL: i9 Design / Claudio Tito Braghini Junior

*Este livro segue as regras da Nova Ortografia da Língua Portuguesa*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Cantalamessa, Raniero

Espírito Santo : princípio de vida nova /  
Raniero Cantalamessa; tradução Alda da Anunciação Machado. --  
2. ed. -- São Paulo, SP : Editora Canção Nova, 2014.

Título original: *Le primize dello spirito.*  
ISBN 978-85-7677-336-8

1. Bíblia. N.T. - Romanos - Comentários
2. Espírito Santo - Ensino bíblico I. Título.

12-10810

CDD-231.3

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Bíblia : Novo Testamento : Carta aos Romanos :  
Espírito Santo : Teologia 231.3

**EDITORA CANÇÃO NOVA**

Rua São Bento, 43 - Centro

01011-000 São Paulo SP

Telefax [55] (11) 3106-9080

e-mail: [editora@cancaonova.com](mailto:editora@cancaonova.com)

[vendas@cancaonova.com](mailto:vendas@cancaonova.com)

Home page: <http://editora.cancaonova.com>

Twitter: [editoracn](https://twitter.com/editoracn)

*Todos os direitos reservados.*

ISBN: 978-85-7677-336-8

© EDITORA CANÇÃO NOVA, São Paulo, SP, Brasil, 2013

## Premissa

As reflexões compiladas neste livrinho são provenientes de meditações realizadas na Casa Pontifícia, na presença do papa Bento XVI, no decurso da Quaresma de 2009, por ocasião do Ano Paulino, instituído pelo mesmo sumo pontífice em comemoração ao bimilenário do nascimento do apóstolo.

Tratam de questões concernentes a alguns pontos nevrálgicos<sup>1</sup> do capítulo oitavo da Carta aos Romanos que, como se sabe, é o texto mais completo e inspirado a respeito do Espírito Santo, não apenas no corpo dos escritos paulinos, mas, quiçá, em todo o Novo Testamento. Algumas reflexões desenvolvidas nestes escritos constam já em meus livros anteriores sobre o Espírito Santo. Aqui, porém, foram revistas à luz de temas e problemas surgidos no entretanto, como, por exemplo, no que se refere ao papel do Espírito Santo no contexto do debate sobre o evolucionismo, que se reacendeu por ocasião do bicentenário do nascimento de Darwin em 2009.

Todavia, a maior novidade é que, pela primeira vez, tive oportunidade de me concentrar, com relação ao Espírito Santo, em um único autor, de maneira, por assim dizer, monográfica, e, por acréscimo, no autor indubitavelmente mais significativo a este respeito: o apóstolo Paulo, o grande cantor do Espírito Santo e da vida “no Espírito”.

Para os leitores, vem a ser também uma forma discreta de entrar em comunhão com o Santo Padre Bento XVI que, por primeiro, teve a bondade (e a humildade!) de escutar estas reflexões.

# Capítulo um

# “Toda a criação, até o presente, está gemendo como que em dores de parto”

*O Espírito Santo na criação e na transformação do cosmo*

## 1. Um mundo em ritmo de espera

Escolhi o capítulo oitavo da Carta aos Romanos por constituir, no *corpus* paulino e em todo o Novo Testamento, o tratado mais completo sobre o Espírito Santo. Nele, o apóstolo se revela como o mais *expert* dos guias para nos introduzir em um conhecimento sempre mais profundo do Espírito Santo e em um amor sempre mais entusiasta por ele. O trecho sobre o qual queremos refletir neste primeiro capítulo é o seguinte:

Eu penso que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que há de ser revelada em nós. De fato, toda a criação espera ansiosamente a revelação dos filhos de Deus; pois a criação foi sujeita ao que é vão e ilusório, não por seu querer, mas por dependência daquele que a sujeitou. Também a própria criação espera ser libertada da escravidão da corrupção, em vista da liberdade que é a glória dos filhos de Deus. Com efeito, sabemos que toda a criação, até o presente, está gemendo como que em dores de parto [...] (Rm 8,18-22).

Um problema exegético discutido desde a Antiguidade a propósito deste texto é o que diz respeito ao significado do termo criação, *ktisis*. Com este termo, São Paulo designa, por vezes, o conjunto dos homens, o mundo humano; em outras vezes, o fato ou o ato divino da criação e, em outras ainda, o mundo em seu complexo, ou seja, a humanidade e o cosmo<sup>2</sup> conjuntamente, além de designar, ocasionalmente, a nova criação resultante da Páscoa de Cristo.

Agostinho<sup>3</sup>, seguido ainda hoje por algum autor moderno<sup>4</sup>, é de opinião que o termo designa o mundo humano e que, portanto, deve ser excluída do texto toda perspectiva cósmica relacionada com a matéria. A distinção entre a “criação inteira” e “nós que possuímos as primícias do Espírito” seria uma distinção interna relativa ao mundo humano e equivaleria à distinção entre a humanidade irredenta e a humanidade redimida por Cristo.

Entretanto, a opinião hoje quase unânime é a de que o termo *ktisis* designa a criação em seu complexo, seja o mundo material, seja o mundo humano. A afirmação segundo a qual a criação foi sujeitada à vaidade “sem culpa sua” não teria sentido se não como referida precisamente à criação material.

O apóstolo vê esta criação invadida por uma expectativa, em “estado de tensão”. O objeto dessa expectativa é a revelação da glória dos filhos de Deus. “A criação, em sua existência aparentemente fechada em si mesma e imóvel [...], espera com ansiedade o homem glorificado, do qual ela será o ‘mundo’, também ele, portanto, glorificado”<sup>5</sup>.

Este estado de espera sofrida se deve ao fato de que a criação, sem culpa sua, foi arrastada pelo homem no estado de impiedade que o apóstolo descreveu no início da sua carta (cf. Rm 1,18ss). Lá, ele definia tal estado como sendo “injustiça” e “mentira”, mas aqui usa os termos “ vaidade” (*mataiotes*) e corrupção (*phthora*), que expressam a mesma coisa: “perda de sentido, irrealidade, ausência da força, do esplendor, do Espírito e da vida”.

Tal estado, porém, não está fechado nem é definitivo. Existe uma esperança para o criado! Não porque o criado, enquanto tal, esteja em condições de esperar subjetivamente, mas porque Deus tem em mente um resgate para ele. Esta esperança está ligada ao homem redimido, o “filho de Deus”, que, com um movimento contrário ao de Adão, um dia arrastará definitivamente o cosmo em seu próprio estado de liberdade e de glória.

Daí a responsabilidade mais profunda dos cristãos nos confrontos do mundo: manifestar, desde agora, os sinais da liberdade e da glória a que todo o universo é chamado, sofrendo com esperança, sabendo “que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que há de ser revelada em nós” (Rm 8,18).

No versículo final, o apóstolo fixa esta visão de fé em uma imagem ousada e dramática: a criação inteira é comparada a uma mulher que sofre e geme nas dores do parto. Na experiência humana, trata-se de uma dor acompanhada sempre de um misto de alegria, bem diferente do pranto surdo e sem esperança do mundo, que Virgílio incluiu no verso da Eneida: *sunt lacrimae rerum*, lágrimas derramadas pelas coisas<sup>6</sup>.

## 2. A tese do “Projeto inteligente” (*Intelligent design*): ciência ou fé?

Esta visão de fé, profética, do apóstolo oferece-nos a oportunidade para a abordagem do problema hoje tão discutido sobre a presença ou não de um sentido de um projeto divino e criação interna, sem que isso sobrecarregue o texto paulino de significados científicos ou filosóficos que, evidentemente, não possui. A ocorrência do bicentenário do nascimento de Darwin (12 de fevereiro de 1809) torna ainda mais atual e necessária uma reflexão em tal sentido.

Na visão de Paulo, Deus está no início e no término da história do mundo e o guia misteriosamente a um fim, fazendo com que sirvam para ele também as arrogâncias da

liberdade humana. O mundo material está em função do homem e o homem, em função de Deus. Não se trata de uma ideia exclusiva de Paulo. O tema da libertação final da matéria e da sua participação na glória dos filhos de Deus encontra um paralelo no tema dos “novos céus e uma nova terra” da segunda carta de Pedro (2Pd 3,13) e do Apocalipse (cf. Ap 21,1).

A primeira grande novidade desta visão consiste no fato de que ela nos fala em libertação *de* matéria, e não em libertação *da* matéria, como, em vez disso, ocorria em quase todas as concepções antigas da salvação: platonismo, gnosticismo, docetismo, maniqueísmo, catarismo<sup>7</sup>. Durante sua vida inteira, Santo Irineu lutou contra a afirmação gnóstica de que “a matéria é incapaz de salvação”<sup>8</sup>.

No diálogo atual entre ciência e fé, o problema se apresenta em termos diferentes, mas a essência é a mesma. Trata-se de saber se o cosmo foi pensado e querido por alguém, ou se é fruto do “acaso e da necessidade”; se o seu caminho mostra os sinais de uma inteligência e avança rumo a uma meta precisa, ou se evolui, por assim dizer, às cegas, obedecendo apenas a leis próprias e a mecanismos biológicos.

A tese dos crentes a este respeito acabou por cristalizar-se na fórmula que, em inglês, soa como *Intelligent design* – o Projeto inteligente –, que se entende ser do Criador. O motivo que deu origem a tanta discussão e contestação no que diz respeito a esta ideia foi, a meu ver, o fato de não distinguir de maneira suficientemente clara o projeto inteligente como teoria científica do projeto inteligente como verdade de fé.

Como teoria científica, a tese do Projeto inteligente afirma que é possível provar, pela própria análise do criado, e, portanto, cientificamente, que o mundo tem um autor exterior a si e mostra os sinais de uma inteligência ordenadora. É esta afirmação que a maioria dos cientistas pretende (e a única que é possível!) contestar, e não a afirmação de fé que o crente possui acerca da revelação e cuja verdade e necessidade íntimas também são apercebidas pela inteligência.

Se, como pensam muitos cientistas (nem todos!), fazer do Projeto inteligente uma conclusão científica é pseudociência, do mesmo modo é pseudociência excluir a existência de um projeto inteligente com base nos resultados da ciência. Esta poderia avançar em sua pretensão, se pudesse por si só explicar tudo: isto é, não somente o “como” do mundo, mas também o “que” e o “porquê”. E isso a ciência sabe muito bem que não está ao seu alcance fazê-lo. Mesmo aquele que elimina de seu horizonte a ideia de Deus, não elimina, com isso, o mistério. Fica sempre uma pergunta sem resposta: por que o ser e não o nada? O próprio nada permanece, talvez, para nós, um mistério menos impenetrável do que o ser e, acaso, um enigma menos inexplicável acerca de Deus?

Em um livro de divulgação científica, escrito por um não crente, li esta significativa admissão: se percorrermos a história do mundo voltando para trás, como se

folheássemos um livro da última página para a primeira, chegados ao final, perceberemos a falta da primeira página, o *incipit* [começo]. Sabemos tudo a respeito do mundo, exceto por que e como começou.

O crente está convicto de que a Bíblia nos fornece precisamente esta página inicial que falta; nela, como no frontispício de todo livro, encontra-se indicado o nome do autor e o título da obra!

Uma analogia pode nos ajudar a conciliar a nossa fé na existência de um projeto inteligente de Deus sobre o mundo com a aparente casualidade e imprevisibilidade salientada por Darwin e pela ciência atual. Trata-se da relação entre graça e liberdade. Assim como no campo do espírito a graça deixa espaço para a imprevisibilidade da liberdade humana e age também por meio dela, do mesmo modo no campo físico e biológico, tudo é confiado ao jogo das causas segundas (a luta pela sobrevivência das espécies segundo Darwin, o acaso e a necessidade segundo Monod), ainda que este mesmo jogo seja previsto e efetuado exatamente pela providência de Deus. Em ambos os casos, Deus, conforme diz o provérbio, “escreve certo por linhas tortas”.

### 3. A evolução e a Trindade

A questão acerca de criacionismo e evolucionismo desenvolve-se habitualmente mediante diálogo com a tese oposta, de natureza materialista e atea, portanto, necessariamente apologética.<sup>9</sup> Em uma discussão entre crentes e descrentes, como é o caso da presente, não podemos nos deter nesta fase. Isso, aqui, significaria permanecer prisioneiros de uma visão “deísta”, e não ainda trinitária, e, portanto, não especificamente cristã do problema.

Quem abriu a discussão sobre a evolução em dimensão trinitária foi Pierre Teilhard de Chardin. A contribuição deste estudioso no debate sobre a evolução consistiu essencialmente no fato de introduzi-la na pessoa de Cristo, fazendo o problema tornar-se também cristológico<sup>10</sup>.

Seu ponto de partida bíblico é a afirmação de Paulo, segundo o qual “tudo foi criado por ele e para ele” (cf. Cl 1,16b). Cristo aparece nesta visão como o Ponto Ômega, isto é, como sentido e destino final da evolução cósmica e humana. Pode-se discutir o modo e os argumentos com os quais o estudioso jesuíta chega a esta conclusão, não, porém, a conclusão em si mesma. Maurice Blondel explica muito bem o motivo em uma nota escrita em defesa do pensamento de Teilhard de Chardin: “Diante dos horizontes engrandecidos da ciência da natureza e da humanidade, não se pode, sem trair o catolicismo, permanecer em explicações medíocres e a modos de ver limitados, que fazem de Cristo um incidente histórico, que o isolam no Cosmo como um episódio

postição e parecem fazer dele um intruso ou alguém fora de seu país, na compressora e hostil imensidão do Universo”<sup>11</sup>.

O que falta ainda, para uma visão completamente trinitária do problema, é uma consideração do papel do Espírito Santo na criação e na evolução do cosmo. Exige-o o princípio básico da teologia trinitária, segundo o qual as obras *ad extra* de Deus são comuns a todas as três Pessoas da Trindade, que participam cada uma com sua característica própria.

O texto paulino que estamos meditando nos permite justamente preencher esta lacuna. A alusão ao trabalho de parto da criação é feito no contexto das palavras de Paulo sobre as diversas obras realizadas pelo Espírito Santo. Ele vê uma continuidade entre o gemido da criação e o do crente, que é posto abertamente em relação com o Espírito. “E não somente ela [a criação], mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos em nosso íntimo” (Rm 8,23a). O Espírito Santo é a força misteriosa que impele a criação para o seu cumprimento. Falando da evolução da ordem social, o Concílio Vaticano II afirma que “o Espírito de Deus, que dirige o curso dos tempos e renova a face da terra com admirável providência, está presente a esta evolução”<sup>12</sup>.

Ele, que é “o princípio da criação das coisas”<sup>13</sup>, é também o princípio de sua evolução no tempo. Com efeito, esta não é outra coisa senão a continuidade da criação. Na conferência dirigida aos participantes do simpósio sobre a evolução, realizado em 31 de outubro de 2008, promovido pela Pontifícia Academia das Ciências, o Santo Padre Bento XVI salienta o seguinte conceito: “Afirmar que o fundamento do cosmo e de seus desenvolvimentos é a sabedoria providencial do Criador não significa dizer que a criação tem a ver tão somente com o início da história do mundo e da vida. Antes, isto implica no fato de que o Criador é quem institui estes desenvolvimentos e os sustêm, fixa-os e os mantém constantemente”.

O que o Espírito produz na criação, especificamente, e de caráter “pessoal”? A resposta a esta questão depende, como sempre, das relações internas existentes na Trindade. O Espírito Santo não está presente na origem, mas, por assim dizer, no término da criação, tal como não está presente na origem, e sim no término do processo trinitário. Na criação – escreve São Basílio – o Pai é a causa principal, aquele do qual provêm todas as coisas; o Filho, a causa eficiente, aquele por meio do qual todas as coisas foram feitas; o Espírito Santo é a causa que aperfeiçoa<sup>14</sup>.

A ação criadora do Espírito está, portanto, na origem da perfeição do criado; diríamos que ele não é tanto aquele que faz o mundo passar do nada para o ser, quanto aquele que o faz passar do ser informe para o ser formado e perfeito. Em outras palavras, o Espírito Santo é aquele que faz o criado passar do caos para o *cosmo*, que faz dele algo

de belo, ordenado, limpo; um “mundo”, sem dúvida, segundo o significado original desta palavra. Santo Ambrósio observa:

Quando o Espírito começou a voejar sobre ele, o criado não possuía ainda beleza alguma. Quando, ao invés, a criação recebeu a obra do Espírito, obteve todo este esplendor de beleza que a fez refulgir como “mundo”<sup>15</sup>.

Não significa que a ação criadora do Pai tivesse sido “caótica” e necessitada de correção, mas é o próprio Pai, observa São Basílio no mesmo texto citado, que *quer* fazer tudo existir por meio do Filho e *quer* conduzir as coisas à perfeição por meio do Espírito.

“No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra estava deserta e vazia, as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas” (Gn 1,1-2).

Como se vê, a própria Bíblia faz alusão à passagem de um estado informe e caótico do universo para um estado em vias de progressiva formação e diferenciação das criaturas, e menciona o Espírito de Deus como sendo o princípio desta passagem ou evolução. Ela apresenta esta passagem como repentina e imediata; a ciência, porém, revelou que tal processo se estendeu por um arco de bilhões de anos e ainda continua em ação. Isso, entretanto, não deveria criar problemas, uma vez conhecido o escopo e o gênero literário da narrativa bíblica.

Com base no sentido de expressões análogas constantes dos poemas cosmogônicos<sup>16</sup> da Babilônia, a tendência hoje é atribuir à expressão “espírito de Deus” (*ruach 'elohim*) do Gênesis 1,2 o sentido meramente naturalista de vento impetuoso, vendo nele um elemento do caos primordial, tal como o do abismo e das trevas, ligando-o, portanto, aos fatos que precedem, e não aos que se seguem, na narrativa da criação<sup>17</sup>. No entanto, a imagem do “sopro de Deus” retorna no capítulo seguinte do Gênesis (“Então o Senhor Deus [...] soprou-lhe nas narinas o sopro da vida, e ele tornou-se um ser vivente” – Gn 2,7) com um sentido “teológico” e, certamente, não naturalista.

Excluir do texto toda referência, ainda que embrionária, à realidade divina do Espírito, atribuindo a atividade criadora unicamente à Palavra de Deus, significa ler o texto somente à luz dos elementos que o precedem e não à luz dos que a ele se seguem na Bíblia, à luz dos influxos que sofreu, e também do influxo que exerceu, contrariamente ao que sugere a tendência mais recente da hermenêutica<sup>18</sup> bíblica (a maneira mais segura para determinar a natureza de uma semente desconhecida não consiste, porventura, em averiguar que tipo de planta nasce dela?).

Prosseguindo na revelação, encontramos, aos poucos, alusões sempre mais explícitas acerca de uma atividade criadora do sopro de Deus, em estreita conexão com a de sua Palavra. “Pela palavra [*dabar*] do Senhor foram feitos os céus, pelo sopro [*ruach*] de sua

boca tudo quanto os enfeita” (Sl 33,6; cf. também Is 11,4: “Castigará o opressor com a vara que é sua *boca*, matará esse criminoso com o *sopro* dos seus lábios”). Nesses textos, Espírito ou sopro não indica certamente o vento natural. Ao mesmo texto, reporta-se outro Salmo, quando diz: “Mandas teu espírito, são criados, e assim renovas a face da terra” (Sl 104,30). Qualquer que seja, portanto, a interpretação que se queira dar ao Gênesis 1,2, o certo é que a sequência da Bíblia atribui ao Espírito de Deus um papel ativo na criação.

Esta linha de desenvolvimento torna-se claríssima no Novo Testamento, que descreve a intervenção do Espírito Santo na nova criação, servindo-se precisamente das imagens do sopro e do vento, que se unem com relação à origem do mundo (cf. Jo 20,22, confrontando com Gn 2,7). A ideia da *ruach* criadora não pode ter nascido do nada. Não se pode, em um mesmo comentário ou edição da Bíblia, traduzir Gn 1,2 por “um vento de Deus soprava sobre as águas” e depois reportar-se àquele mesmo texto para explicar a pomba no batismo de Jesus!<sup>19</sup>

Não é, portanto, incorreto continuar a reportar-se ao Gn 1,2 e aos outros testemunhos posteriores, a fim de encontrar neles um fundamento bíblico para o papel criador do Espírito Santo, como faziam os padres. “Se tu adotares esta explicação – dizia São Basílio, sendo nisso seguido por Lutero – irás haurir dela grande proveito”<sup>20</sup>. E é verdade: vislumbrar no “Espírito de Deus”, que pairava sobre as águas, uma primeira alusão embrionária da ação criadora do Espírito descerra a compreensão de muitas passagens subseqüentes da Bíblia, cuja origem não se explicaria de outro modo.

#### 4. Páscoa, passagem da velhice para a juventude

Procuremos agora individualizar algumas conseqüências práticas que esta visão bíblica do papel do Espírito Santo pode trazer para a nossa teologia e para a nossa vida espiritual. Quanto às aplicações teológicas, vou recordar apenas uma: a participação dos cristãos no empenho pelo respeito e pela salvaguarda do criado. Para o crente cristão, o ecologismo não é somente uma necessidade prática de sobrevivência ou um problema apenas político e econômico, uma vez que possui um fundamento teológico. O criado<sup>21</sup> é obra do Espírito Santo!

Paulo nos falou de uma criação que “está gemendo como que em dores de parto” (cf. Rm 8,22). A este seu pranto de parto, hoje se mescla um pranto de agonia e de morte. A natureza é submetida, mais uma vez, “não por seu querer”, a uma vaidade e corrupção de caráter diversos daquelas de ordem espiritual entendidas por Paulo, derivadas, todavia, da mesma fonte, constituída pelo pecado e pelo egoísmo do homem.

O texto paulino que meditamos poderia inspirar mais de uma consideração sobre o problema da ecologia: estamos nós, que recebemos as primícias do Espírito, apressando “a plena libertação do cosmo e sua participação na glória dos filhos de Deus” ou a estamos retardando, como todos os outros?

Pois bem, venhamos à aplicação mais pessoal. Digamos que o homem seja um microcosmo; em consequência, a ele se aplica, como indivíduo, tudo quanto dissemos do cosmo em geral. O Espírito Santo é aquele que faz cada um de nós passar do caos ao cosmo: da desordem, da confusão e da dispersão à ordem, à unidade e à beleza. Aquela beleza que consiste em ser conformes à vontade de Deus e à imagem de Cristo, em passar do homem velho ao homem novo.

Com um aceno veladamente autobiográfico, o apóstolo escrevia aos Coríntios: “Mesmo se o nosso físico vai se arruinando, o nosso interior, pelo contrário, vai-se renovando dia a dia” (2Cor 4,16b).

A evolução do espírito não se desenvolve no homem paralelamente à do corpo, e sim em sentido contrário.

Tempos atrás, em virtude dos três Oscars que recebeu e devido à notoriedade do protagonista, falou-se muito a respeito de um filme intitulado *O Curioso Caso de Benjamin Button*, extraído de um conto do escritor Francis Scott Key Fitzgerald. Trata-se da história de um homem que nasce velho, com os traços de um octogenário e, crescendo, rejuvenesce até morrer como verdadeiro menino. A história é, naturalmente, paradoxal, mas pode ter uma aplicação tanto mais verdadeira quanto no caso de ser transferida para o plano espiritual. Nós nascemos “homens velhos” e devemos tornar-nos “homens novos”. A vida inteira, e não apenas a adolescência, é uma “idade evolutiva”!

De acordo com o Evangelho, não se nasce criança, mas nos tornamos uma! Um padre da Igreja, São Massimo de Turim, define a Páscoa como uma passagem

dos pecados à santidade, dos vícios à virtude, da velhice à juventude: uma juventude, há que se entender, não de idade, mas de simplicidade. Com efeito, éramos cadentes pela velhice dos pecados, mas pela ressurreição de Cristo fomos todos renovados na inocência das crianças<sup>22</sup>.

Um prefácio do tempo de Quaresma diz: “Tu estabeleceste para os teus filhos um tempo de renovação espiritual, para que se convertam a ti de todo o coração e, livres dos fermentos do pecado, vivam as vicissitudes deste mundo, sempre orientados para os bens eternos”. Uma oração, que remonta ao Sacramentário Gelasiano do século VII, e ainda em uso na vigília pascal, proclama solenemente: “Todo o mundo veja e reconheça que aquilo que é destruído se reconstrói, aquilo que envelheceu se renova, e tudo retorna à sua integridade, por meio de Cristo que é o princípio de todas as coisas”.

O Espírito Santo é a alma desta renovação e deste rejuvenescimento. Iniciemos as nossas jornadas dizendo, com o primeiro verso do hino em sua honra: *Veni, creator Spiritus* [Vem, Espírito criador], renova em minha vida o prodígio da primeira criação, paira sobre o vazio, as trevas e o caos do meu coração, e guia-me para a plena realização do “projeto inteligente” de Deus sobre minha vida.

## Capítulo dois

# “A lei do Espírito, que dá a vida”

*O Espírito Santo, lei nova do cristão*

## 1. A lei do Espírito e o Pentecostes

A forma com que o apóstolo dá início a seu tratado sobre o Espírito Santo, no capítulo VIII da Carta aos Romanos, é deveras surpreendente: “Agora, portanto, já não há condenação para os que estão no Cristo Jesus. Pois a lei do Espírito, que dá a vida no Cristo Jesus, te libertou da lei do pecado e da morte” (Rm 8,1-2).

Ele utilizou todo o capítulo anterior para estabelecer que “o cristão é libertado pela lei”, e eis que começa o novo capítulo falando em termos positivos de exaltação da lei. “A lei do Espírito” significa a lei que é o Espírito; trata-se de um genitivo “epexegetico” ou de explicação, tal como a flor da rosa indica a flor que é a própria rosa.

Para compreender o que Paulo entende com esta expressão, é preciso reportar-se ao evento de Pentecostes. A narrativa da vinda do Espírito Santo, nos Atos dos Apóstolos, começa com estas palavras: “Quando chegou o dia de Pentecostes, os discípulos estavam todos reunidos no mesmo lugar” (At 2,1). Dessas palavras, deduzimos que o Pentecostes preexistia... ao atual Pentecostes. Em outras palavras, já havia uma festa de Pentecostes no judaísmo e foi durante tal festa que desceu o Espírito Santo.

No Antigo Testamento, houve duas interpretações fundamentais da festa de Pentecostes. No início, o Pentecostes era a festa das sete semanas (cf. Tb 2,1), a festa da colheita (cf. Nm 28,26ss), quando se oferecia a Deus as primícias dos frutos (cf. Ex 23,16; Dt 16,9). Sucessivamente, porém, no tempo de Jesus, a festa havia sido enriquecida com um novo significado: era a festa da outorga da lei sobre o monte Sinai e da aliança; em suma, a festa que comemorava os acontecimentos descritos em Ex 19-20 (de acordo com cálculos internos na Bíblia, com efeito, a lei foi dada sobre o Sinai cinquenta dias depois da Páscoa).

De festa ligada ao ciclo da *natureza* (a colheita), o Pentecostes havia se transformado em uma festa ligada à *história* da *salvação*: “Este dia da festa das semanas – diz um texto da atual liturgia hebraica – é o tempo do dom da nossa *Torah*”. Ao sair do Egito, o povo caminhou por cerca de cinquenta dias no deserto, findos os quais, Deus deu a lei a Moisés, estabelecendo, com base nela, uma aliança com o povo e fazendo dele “um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Ex 19,6).

Parece que São Lucas intencionalmente descreveu a descida do Espírito Santo com os traços que caracterizam a teofania do Sinai; de fato, faz uso de imagens que evocam

terremoto e fogo. A liturgia da Igreja confirma essa interpretação, uma vez que se insere o texto de Ex 19 entre as leituras da vigília de Pentecostes.

O que vem nos dizer esta aproximação a respeito de nosso Pentecostes? Em outras palavras, o que significa o fato que o Espírito Santo desce sobre a Igreja justamente no dia em que Israel recordava o dom da lei e da aliança? Já Santo Agostinho fazia a si mesmo esta pergunta:

Por que os judeus celebram também o Pentecostes? Irmãos, existe um grande e maravilhoso mistério: se observarem bem, no dia de Pentecostes, eles receberam a lei escrita com o dedo de Deus, e no mesmo dia de Pentecostes veio o Espírito Santo<sup>23</sup>.

Outro padre – desta vez do Oriente – nos permite constatar que esta interpretação do Pentecostes era, nos primeiros séculos, patrimônio comum de toda a Igreja: “No dia de Pentecostes foi dada a lei; por essa razão, era conveniente que no dia em que foi dada a lei antiga, naquele mesmo dia fosse dada a graça do Espírito”<sup>24</sup>.

Neste ponto, fica clara a resposta à nossa pergunta, a saber, por que o Espírito desce sobre os apóstolos exatamente no dia de Pentecostes: é para indicar que Ele é a lei nova, a lei espiritual que ratifica a nova e eterna aliança e que consagra o povo real e sacerdotal que é a Igreja. Quão grandiosa revelação sobre o sentido do Pentecostes e sobre o próprio Espírito Santo!

Quem não ficaria impressionado – exclama Santo Agostinho – por esta coincidência e ao mesmo tempo por esta diferença? Cinquenta dias são contados da celebração da Páscoa até o dia em que Moisés recebeu a lei em tábuas escritas pelo dedo de Deus; de modo similar, completados os cinquenta dias da morte e da ressurreição daquele que, como cordeiro, foi conduzido à imolação, o Dedo de Deus, isto é, o Espírito Santo, encheu de si os fiéis que estavam todos reunidos no mesmo lugar<sup>25</sup>.

Subitamente, iluminam-se as profecias de Jeremias e de Ezequiel sobre a nova aliança: “Esta é a aliança que farei com a casa de Israel a partir daquele dia – oráculo do Senhor, colocarei a minha lei no seu coração, vou gravá-la em seu coração” (Jr 31,33).

Não mais sobre uma tábua de pedra, mas sobre os corações; não mais uma lei exterior, mas sim uma lei interior.

Ezequiel, que retoma e completa a profecia de Jeremias, explica melhor em que consiste esta lei interior:

Eu vos darei um coração novo e porei em vós um espírito novo. Removerei de vosso corpo o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Porei em vós o meu espírito e farei com que andeis segundo minhas leis e cuideis de observar os meus preceitos (Ez 36,26-27).

O fato de que São Paulo, com a expressão “a lei do Espírito”, se refere a todo este complexo de profecias ligadas ao tema da nova aliança fica claramente evidenciado na passagem em que ele denomina a comunidade da nova aliança como uma “carta de Cristo, [...] escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, os corações” e na qual define os apóstolos como “capazes de exercer o ministério da *aliança nova*, não da letra, mas *do Espírito*. A letra mata, o Espírito é que *dá a vida*” (2Cor 3,3.6).

## 2. O que é a lei do Espírito e como atua

A lei nova, ou do Espírito, não é, por isso, em sentido estrito, a mesma promulgada por Jesus no sermão da montanha, mas sim aquela por Ele gravada nos corações no dia de Pentecostes. Os preceitos evangélicos são, com certeza, mais elevados e perfeitos do que as prescrições mosaicas; todavia, por si sós, também eles teriam permanecido ineficazes. Se fosse suficiente proclamar a nova vontade de Deus por meio do Evangelho, não haveria a necessidade da morte de Jesus e a vinda do Espírito Santo. Entretanto, os próprios apóstolos demonstram que não era suficiente; apesar de terem ouvido tudo – por exemplo, que é preciso oferecer, a quem nos bate, a outra face –, no momento da paixão, não encontram a força para cumprir nenhuma das prescrições de Jesus.

Se Jesus tivesse se limitado a promulgar o mandamento novo, dizendo: “Eu vos dou um novo mandamento: amai-vos uns aos outros” (Jo 13,34a), Ele teria permanecido, como era antes, lei velha, “letra”. É quando Ele, no Pentecostes, mediante o Espírito, infunde aquele amor nos corações dos discípulos que o mandamento se torna, a pleno título, lei nova, lei do Espírito que dá a vida. É pelo Espírito que tal mandamento é “novo”, e não pela letra. Pela letra era antigo, pois já se encontra no Antigo Testamento (cf. Lv 19,18).

Portanto, sem a graça interior do Espírito, mesmo o Evangelho, mesmo o mandamento novo, teria permanecido lei velha, letra. Retomando um pensamento ousado de Santo Agostinho, São Tomás de Aquino escreve:

Entende-se por letra toda lei escrita que permanece do lado de fora do homem, incluindo os preceitos morais contidos no Evangelho; pelo que, também a letra do Evangelho levaria à morte, se não se acrescentasse, dentro dela, a graça da fé que cura<sup>26</sup>.

O conceito que escreveu um pouco antes é ainda mais explícito: “A lei nova é principalmente a própria graça do Espírito Santo que é dada aos crentes”<sup>27</sup>.

Mas, concretamente, como atua esta lei nova que é o Espírito, e em que sentido pode ser chamada “lei”? Ela atua por meio do amor! A lei nova não é outra coisa senão aquilo a que Jesus chama o “mandamento novo”. O Espírito Santo escreveu a lei nova em nossos corações, infundindo neles o amor: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5b). Este amor é o amor com que Deus nos ama e com o qual, simultaneamente, faz de tal modo com que O amemos, assim como ao próximo: *amor quo Deus nos diligit et quo ipse nos dilectores sui facit*<sup>28</sup>. Trata-se de uma capacidade nova de amar.

Quem se abeira do Evangelho com a mentalidade humana, acha absurdo o fato de se fazer do amor um “mandamento”; que tipo de amor é este – objeta-se – se não é livre, mas imposto? E a resposta está em que há duas maneiras segundo as quais o homem pode ser induzido a fazer, ou a não fazer, determinada coisa: ou por *pressão* ou por *atração*; a lei positiva o induz à ação na primeira forma: por pressão, com a ameaça do castigo; o amor o induz, servindo-se da segunda maneira: por atração.

Com efeito, cada pessoa é atraída por aquilo que ama, sem que sofra qualquer pressão proveniente do exterior. Mostre nozes a uma criança e verá que ela se arremessa para apanhá-las. Quem a impele? Ninguém. Ela é atraída pelo objeto de seu desejo. O amor é como um “peso” que atrai a alma para o objeto do próprio prazer, no qual sabe encontrar o seu descanso<sup>29</sup>.

É nesse sentido que o Espírito Santo – mais concretamente, o amor – é uma “lei”, um “mandamento”: Ele cria no cristão um dinamismo que o leva a fazer tudo quanto Deus quer, espontaneamente, sem sequer ter que pensar nisso, pois aprovou a vontade de Deus e ama tudo o que Deus ama.

Poderíamos afirmar que a vida sob a graça, governados pela lei nova do Espírito, é um viver próprio de “apaixonados”, isto é, transportados pelo amor. A mesma diferença que gera, no ritmo da vida humana e na relação entre duas criaturas, o fato do apaixonar-se, gera-o também na relação entre o homem e Deus, pela vinda do Espírito Santo.

### 3. O amor guarda a lei...

Que lugar, nesta economia<sup>30</sup> nova, do Espírito, ocupa a observância dos mandamentos? Este é um ponto nevrálgico que deve ser esclarecido. Mesmo depois do Pentecostes subsiste a lei escrita: existem os mandamentos de Deus, o Decálogo, os preceitos evangélicos; a eles foram acrescentadas, em seguida, as leis eclesiásticas. Que sentido têm o Código de Direito Canônico, as regras monásticas, os votos religiosos, em suma, tudo que indica uma vontade objetivada, imposta a mim pelo exterior? Constituem tais coisas uma espécie de corpos estranhos no organismo cristão?

Sabe-se que houve, no curso da História da Igreja, movimentos que pensaram assim e rejeitaram, em nome da liberdade do Espírito, toda lei, a ponto de serem chamados, precisamente, movimentos “anômicos”, os quais, no entanto, foram sempre renegados pela Igreja e pela própria consciência cristã. Em nossos dias, em um contexto cultural marcado pelo existencialismo ateu, ao contrário do passado, não se rejeita mais a lei em nome da liberdade do Espírito, e sim em nome da liberdade humana pura e simples. Diz um personagem de Jean-Paul Sartre: “Não há mais nada no céu, nem Bem, nem Mal, nem pessoa alguma que possa me dar ordens. [...] Sou um homem, e todo homem deve criar o próprio caminho”<sup>31</sup>.

A resposta cristã a esse problema vem do Evangelho. Jesus diz: “Não vim para abolir [a Lei], mas para cumprir” (Mt 5,17). E qual é o “cumprimento” da lei? “O amor – responde o apóstolo – é o cumprimento perfeito da Lei!” (Rm 13,10). “Toda a Lei e os Profetas – diz Jesus – dependem desses dois mandamentos” (Mt 22,40). Assim, o amor não substitui a lei, mas a observa, “cumpre-a”. É, de fato, a única força que pode aplicá-la.

Na profecia de Ezequiel, atribuía-se ao dom futuro do Espírito e do coração novo a possibilidade de observar a lei de Deus: “Porei em vós o meu espírito e farei com que andeis segundo minhas leis e cuideis de observar os meus preceitos” (Ez 36,27). E no mesmo sentido diz Jesus: “Se alguém me ama, guardará a minha palavra” (Jo 14,23a), isto é, será capaz de observá-la.

Na nova economia, não existe oposição ou incompatibilidade entre a lei interior do Espírito e a lei exterior escrita, mas, ao contrário, plena colaboração: a primeira é dada para guardar a segunda: “Foi dada a lei para que se buscasse a graça e foi dada a graça para que se observasse a lei”<sup>32</sup>.

A observância dos mandamentos e, na prática, a obediência são os testes do amor, um sinal para reconhecer se vivemos “segundo o Espírito” ou “segundo a carne”.

Qual é, então, a diferença com relação ao que era antes, se ainda estamos sujeitos a observar a lei? A diferença é que antes se observava a lei para obter a vida que não podia dar, fazendo assim dela um instrumento de morte, ao passo que agora se observa a lei para viver em coerência com a vida recebida. A observância da lei não é mais a causa, mas sim o efeito da justificação. Nesse sentido, o apóstolo tem razão ao dizer que sua pregação não anula a lei de forma alguma, mas sim confirma-a e a enobrece: “Então, pela fé anulamos a Lei? De modo algum. Pelo contrário, a confirmamos” (Rm 3,31).

#### 4. ... e a lei guarda o amor

Entre lei e amor se estabelece uma espécie de circularidade e de pericorese<sup>33</sup>. Com efeito, se é verdade que o amor guarda a lei, é também verdade que *a lei guarda o amor*. De diversos modos, a lei está a serviço do amor e o defende. Sabe-se que “a Lei é feita para os pecadores” (cf. 1Tm 1,9), e nós somos ainda pecadores; recebemos, sim, o Espírito, mas somente à maneira de primícias; em nós, o homem velho ainda convive com o homem novo e, enquanto existirem em nós as concupiscências, é providencial que haja mandamentos que nos ajudem a reconhecê-las e combatê-las, mesmo com a ameaça do castigo.

A lei é um suporte dado à nossa liberdade, ainda incerta e vacilante no bem. Ela é *pela*, não *contra* a liberdade, e é preciso dizer que aqueles que sentiram a necessidade de rejeitar toda lei, em nome da liberdade humana, enganaram-se, desconhecendo a situação real e histórica em que atua tal liberdade.

Ao lado dessa função, por assim dizer, negativa, a lei assume outra positiva, de discernimento. Com a graça do Espírito Santo, aderimos globalmente à vontade de Deus, nós a fazemos nossa e desejamos cumpri-la, embora não a conheçamos ainda em todas as suas implicações. Estas nos são reveladas pelos acontecimentos da vida e pelas leis.

Existe um sentido ainda mais profundo, segundo o qual se pode dizer que a lei guarda o amor. “Somente quando existe o *dever* de amar – escreveu Kierkegaard – somente então o amor está garantido para sempre contra toda alteração; eternamente libertado em bem-aventurada independência; assegurado em eterna beatitude contra toda desesperança”<sup>34</sup>.

O sentido dessas palavras é apresentado a seguir. O homem que ama, quanto mais intensamente amar, mais percebe com angústia o perigo que corre esse seu amor, perigo este que não vem de outros, mas dele próprio; com efeito, ele sabe muito bem que é volúvel e que amanhã – ai de mim! – poderia já cansar-se e não mais amar. E, como agora está tomado pelo amor, vê com clareza quão irreparável perda isso resultaria, então se previne “ligando-se” ao amor mediante a lei e, dessa maneira, ancorando seu ato de amor, que ocorre no tempo, à eternidade.

Isso supõe tratar-se de verdadeiro amor e não, como diz o filósofo, de um jogo e de um motejo<sup>35</sup> recíproco. “O verdadeiro amor – explica o Papa na encíclica *Deus caritas est* – busca o caráter definitivo, e isso num duplo sentido: no sentido da exclusividade – ‘apenas esta única pessoa’ – e no sentido de ser ‘para sempre’. O amor compreende a totalidade da existência em toda a sua dimensão, inclusive a temporal. Nem poderia ser de outro modo, porque a sua promessa visa ao definitivo: o amor visa à eternidade”<sup>36</sup>.

O homem de hoje frequentemente questiona sobre a relação que jamais pode haver entre o amor de dois jovens e a lei do matrimônio, e sobre que necessidade há de se “vincular” o amor, que é por natureza liberdade e espontaneidade. Assim, cada vez mais

se tornam numerosos aqueles que são levados a rejeitar, em teoria e na prática, a instituição do matrimônio e escolher o assim chamado amor livre ou a simples convivência.

Somente descobrindo a relação profunda e vital que existe entre lei e amor, entre decisão e instituição, é possível responder corretamente àquelas perguntas e dar aos jovens um motivo convincente para “ligar-se”, a fim de amar para sempre e não ter medo de fazer do amor um “dever”. O dever de amar protege o amor do “desespero”, tornando-o “abençoado e independente”, no sentido de que protege do desespero de não poder amar para sempre. “Apresenta-me um apaixonado verdadeiro, observa Kierkegaard, e verás se o pensamento de dever amar para sempre é para ele um peso, ou, ao contrário, suprema bem-aventurança”.

Essa consideração não é válida somente para o amor humano, mas também, e com maior razão, para o amor divino. Por que – podemos nos perguntar – vincular-se para amar a Deus, submetendo-se a uma regra religiosa, para que emitir “votos” que nos forcem a ser pobres, castos e obedientes, após dispormos de uma lei interior e espiritual que pode obter tudo isso por “atração”? Ocorre que, em um momento de graça, você se sentiu atraído por Deus, que o amava, e desejou possuí-Lo para sempre, de maneira totalitária e, temendo perdê-Lo por sua instabilidade, você é “obrigado” a salvaguardar o Teu amor de qualquer “alteração”.

Nós nos ligamos pelo mesmo motivo que Ulisses se ligou ao mastro. Ulisses queria a todo custo rever sua pátria e sua esposa, que amava. Sabia que precisava passar pelo lugar onde se encontravam as sereias e, temendo naufragar como muitos outros antes dele, amarrou-se ao mastro, após obstruir as orelhas de seus companheiros. Ao chegar ao lugar das sereias, foi enfeitiçado, queria atingi-las e gritava para ser solto, porém os marinheiros não ouviam, e assim ultrapassou o perigo, atingindo a meta.

## 5. “Não existe condenação alguma!”

Antes de concluir, voltemos à afirmação inicial, da qual partimos.

“Agora, portanto, já não há condenação para os que estão no Cristo Jesus. Pois a lei do Espírito, que dá a vida no Cristo Jesus, te libertou da lei do pecado e da morte” (Rm 8,1-2).

O mundo contemporâneo ao apóstolo vivia oprimido por uma sensação de condenação e de separação da divindade, que buscava superar os vários cultos de mistérios. Um grande estudioso da Antiguidade definiu-a como “uma época de angústia” (E. R. Dodds).

Para ter uma ideia do efeito que tiveram de produzir aquelas palavras de Paulo nos intelectuais da época, pensemos em um condenado à morte que vive na expectativa da execução e um dia ouve o grito de uma voz amiga: “Graça! Obteve a graça! A condenação foi suspensa. Está livre!”. É uma sensação de renascimento. Essa carga de libertação está ainda intacta, porque o Espírito Santo não está sujeito à lei da entropia<sup>37</sup>, como todas as fontes de energia física. Compete a todos nós a tarefa de escancarar o coração para receber a Palavra, e aos ministros da Palavra, o encargo de fazê-la ressoar vibrante, ainda hoje, no mundo.

## Capítulo três

# “Todos aqueles que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus são filhos de Deus”

## 1. Era do Espírito Santo?

Agora, portanto, já não há condenação para os que estão no Cristo Jesus. Pois a lei do Espírito que dá a vida no Cristo Jesus, te libertou da lei do pecado e da morte. [...] Se alguém não tem o Espírito de Cristo, não pertence a Cristo. Se, porém, Cristo está em vós, embora vosso corpo esteja morto por causa do pecado, vosso espírito está cheio de vida, graças à justiça. E, se o Espírito daquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos vivificará também vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós (Rm 8,1-2.9b-11).

São quatro versículos do capítulo oitavo da Carta aos Romanos a respeito do Espírito Santo e neles ressoa nada menos que seis vezes o nome de Cristo. Essa mesma frequência é mantida no restante do capítulo, se considerarmos também as vezes em que se refere a Ele mediante o pronome ou o termo Filho. Esse fato é de grande importância; ele nos diz que, para Paulo, a obra do Espírito Santo não é substituída pela de Cristo, mas lhe dá continuidade, executando-a e atualizando-a.

Entre aqueles que pesquisam sobre as teorias de Gioacchino da Fiore<sup>38</sup>, poucos sabem, ou se preocupam em saber, o que disse exatamente esse monge da Idade Média. Toda ideia de renovação eclesial ou mundial é posta com desenvoltura sob seu nome, até mesmo a ideia de um novo Pentecostes para a Igreja, invocada por João XXIII. Uma coisa, porém, é certa. Quer deva ou não ser atribuída a Gioacchino da Fiore a ideia de uma terceira era do Espírito, que sucederia à do Pai no Antigo Testamento e a de Cristo no Novo, é falsa e herética, porque ataca o próprio coração do dogma trinitário.

Bem diferente dessa é a afirmação de São Gregório Nazianzeno<sup>39</sup>. Na revelação da Trindade, ele distingue três fases: no Antigo Testamento, revelou-se plenamente o Pai e foi prometido e anunciado o Filho; no Novo Testamento, revelou-se plenamente o Filho e foi anunciado e prometido o Espírito Santo; no tempo da Igreja, finalmente se conhece em plenitude o Espírito Santo e se goza da sua presença<sup>40</sup>. Somente por ter citado, em um de meus livros, esse texto de São Gregório, eu também fui parar na lista dos seguidores de Gioacchino da Fiore, muito embora São Gregório fale da ordem da manifestação do Espírito, e não do fato de seu ser ou agir, e em tal sentido sua afirmação expressa uma verdade incontestável, acolhida pacificamente por toda a tradição.

A tese assim chamada “gioachimita” é excluída pela raiz por Paulo e por todo o Novo Testamento. Para eles, o Espírito Santo não é senão o Espírito de Cristo: *objetivamente*, porque é o fruto da sua Páscoa, *subjetivamente*, porque é Ele quem o

derrama sobre a Igreja, como dirá Pedro às multidões no dia de Pentecostes: “E agora, exaltado pela direita de Deus, ele recebeu o Espírito Santo que fora prometido pelo Pai e o derramou, como estais vendo e ouvindo” (At 2,33).

O tempo do Espírito é, por isso, coextensivo, isto é, existe simultaneamente ao tempo de Cristo.

O Espírito Santo é o Espírito que procede primariamente do Pai, que desceu e “repousou” em plenitude sobre Jesus, historicizando-se e habituando-se Nele, conforme disse Santo Irineu, a viver entre os homens, e que, na Páscoa-Pentecostes, é por Ele derramado sobre a humanidade. A prova de tudo isso é exatamente o grito “Abá” que o Espírito repete no crente (cf. Gl 4,6) e ensina o crente a repeti-lo (cf. Rm 8,15). Como pode o Espírito clamar “Abá” ao Pai? Ele não é gerado pelo Pai, não é Seu Filho... Pode fazê-lo, observa Agostinho, porque é o Espírito do Filho e prolonga o grito de Jesus.

## 2. O Espírito como guia na Escritura

Feita essa premissa, retorno ao versículo do capítulo oitavo da Carta aos Romanos, sobre o qual gostaria de me deter: “Todos aqueles que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Rm 8,14).

O tema do Espírito Santo-guia não é novo na Escritura. Em Isaías, todo o percurso do povo no deserto é atribuído à guia do Espírito. “[...] o Espírito do Senhor os levou a descansar” (Is 63,14). O próprio Jesus “foi conduzido (*ductus*) ao deserto pelo Espírito” (Mt 4,1). Os Atos dos Apóstolos nos mostram uma Igreja que é, passo a passo, “conduzida pelo Espírito”. O próprio projeto de São Lucas no sentido de fazer com que aos Evangelhos se seguissem os Atos dos Apóstolos tem por finalidade mostrar como o mesmo Espírito, que havia guiado Jesus em Sua vida terrena, guia agora a Igreja como Espírito “de Cristo”. Dirige-se Pedro a Cornélio e aos pagãos: Quem lho ordena é o Espírito (cf. At 10,19-20; 11,12). Tomam os apóstolos, em Jerusalém, decisões importantes? É o Espírito quem as sugeriu (cf. At 15,28).

A guia do Espírito Santo é exercida não somente nas grandes decisões, mas também nas coisas pequeninas. Paulo e Timóteo queriam pregar o Evangelho na província da Ásia, mas “o Espírito Santo os havia impedido”; tentaram entrar na Bitínia, mas “o Espírito de Jesus os impediu” (cf. At 16,6). Compreende-se, a seguir, a razão dessa guia tão insistente: o Espírito Santo impelia, desse modo, a Igreja nascente a sair da Ásia e colocar-se diante de um novo continente, a Europa (cf. At 16,9).

Para João, a guia do Paráclito é exercida principalmente no âmbito do conhecimento. Trata-se daquele que “conduzirá” os discípulos à verdade por inteiro (cf. Jo 16,3); a Sua unção “ensina tudo”, a tal ponto que aqueles que a possuem não têm necessidade de que

alguém os ensine (cf. 1Jo 2,27). Paulo introduz uma importante novidade. Para ele, o Espírito Santo não é apenas “o mestre interior”; é um princípio de vida nova (“Todos aqueles que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus são filhos de Deus”!, Rm 8,14); Ele não se limita a indicar o que deve ser feito, mas confere também a capacidade de fazer aquilo que ordena.

Nisso, a guia fornecida pelo Espírito Santo se diferencia essencialmente da que é indicada pela lei, que permite ver o bem a ser cumprido, mas deixa a pessoa às voltas com o que detesta (cf. Rm 7,15 ss). “Se, porém, sois conduzidos pelo Espírito, então não estais sob o jugo da Lei” (Gl 5,18).

Essa visão paulina da guia do Espírito, mais profunda e ontológica (na medida em que atinge o próprio ser do crente), não exclui a teoria mais comum a respeito do mestre interior como guia para o conhecimento da verdade e da vontade de Deus, e nessa oportunidade é exatamente sobre isso que quero falar.

Trata-se de um tema que teve amplo desenvolvimento na tradição da Igreja. Se Jesus Cristo é “o caminho” (*odòs*) que conduz ao Pai (cf. Jo 14,6), o Espírito Santo, diziam os padres, é “a guia ao longo da vida” (*odegòs*)<sup>41</sup>. Santo Ambrósio escreve: “Este é o Espírito, nosso chefe e guia (*ductor et princeps*), que dirige a mente, confirma o afeto, que nos atrai para onde quer e dirige para o alto os nossos passos”<sup>42</sup>.

O hino *Veni creator* mantém esta tradição nos versículos: *Ductore sic te praeviso vitemus omne noxium*; contigo que te fazes nosso guia, evitaremos todo mal. O Concílio Vaticano II se insere nessa linha quando fala da Igreja como “povo de Deus que acredita ser *conduzido* pelo Espírito do Senhor”<sup>43</sup>.

### 3. O Espírito guia por meio da consciência

De que maneira se explica essa guia do Paráclito? O primeiro âmbito, ou seja, o órgão, é a *consciência*. Existe uma relação estreitíssima entre consciência e Espírito Santo. O que vem a ser a famosa “voz da consciência” senão uma espécie de “repetidor à distância”, mediante o qual o Espírito Santo fala a todo homem? “[...] minha consciência, no Espírito Santo, o atesta” (Rm 9,1), exclama São Paulo, ao falar de seu amor pelos compatriotas hebreus.

Por meio desse órgão, a guia do Espírito Santo se estende também para fora da Igreja, a todos os homens. “Por sua maneira de proceder, [os pagãos] mostram que a Lei está inscrita em seus corações: disso dão testemunho igualmente sua consciência [...]” (Rm 2,15a). Justamente porque o Espírito Santo fala em todo ser racional mediante a consciência, dizia São Máximo Confessor, “vemos muitos homens, mesmo entre os

bárbaros e nômades, voltarem-se para uma vida decorosa e boa, e desprezarem as leis selvagens que desde as origens haviam predominado entre eles”<sup>44</sup>.

A consciência constitui, também ela, uma espécie de lei interior, não escrita, diferente e inferior com relação àquela que existe no crente pela graça, porém, não em desacordo com ela, uma vez que provém do mesmo Espírito. Quem não possui esta lei inferior, mas a obedece, está mais próximo do Espírito do que aquele que possui a lei superior, proveniente do batismo, mas não vive de acordo com ela.

Nos crentes, essa guia interior da consciência é como que potencializada e elevada pela “unção [que] vos ensina tudo, e ela é verdadeira e não mentirosa” (1Jo 2,27), ou seja, ela guia infalivelmente, desde que ouvida. Comentando exatamente esse texto, Santo Agostinho formulou a doutrina do Espírito Santo como “mestre interior”. O que significa, pergunta-se, “não tendes necessidade de que alguém vos ensine”? Significaria, talvez, que o único cristão já conhece tudo e não tem necessidade de ler, de instruir-se, de escutar ninguém? Entretanto, se assim fosse, com que objetivo teria o apóstolo escrito essa sua carta? A verdade é que há necessidade de escutar mestres e pregadores externos, mas que somente compreenderá e irá tirar proveito daquilo que eles disserem aquele ao qual, em seu íntimo, fala o Espírito Santo. Isso explica por que muitos ouvem a mesma pregação e o mesmo ensinamento, porém nem todos compreendem do mesmo modo<sup>45</sup>.

Quão consoladora segurança resultante de tudo isso! A Palavra que um dia ressoou no Evangelho: “O Mestre está aí e te chama” (Jo 11,28b) é verdadeira para todo cristão. O mesmo mestre de então, Cristo, que agora fala por meio de Seu Espírito, está dentro de nós e nos chama. São Cirilo de Jerusalém tinha razão em definir o Espírito Santo como “o grande Didáscalo”, ou seja, mestre, da Igreja<sup>46</sup>.

Nesse âmbito íntimo e pessoal da consciência, o Espírito Santo nos instrui com “boas inspirações”, ou “iluminações interiores”, das quais todos tiveram alguma experiência na vida. Foram impelidos a seguir o bem e a fugir do mal, atrações e propensões estas que não se explicam naturalmente, porque vão amiúde na direção oposta àquela da natureza.

Foi justamente baseando-se nesse componente ético da pessoa que alguns eminentes cientistas e biólogos modernos superaram a teoria que vê o ser humano como resultado casual da seleção das espécies. Se a lei que rege a evolução consistir somente na luta pela sobrevivência do mais forte, como se explicam certos atos de puro altruísmo e até mesmo de sacrifício de si pela causa da verdade e da justiça?<sup>47</sup>

#### 4. O Espírito guia por meio do magistério da Igreja

Até aqui, o primeiro âmbito em que é exercida a guia do Espírito Santo é o da consciência. Existe, porém, um segundo, que é o da *Igreja*. O testemunho interno do Espírito Santo deve ser conjugado com aquele que é externo, visível e objetivo, que vem a ser o magistério apostólico. No Livro do Apocalipse, no final de cada uma das sete cartas, escutamos a advertência: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2,7a).

O Espírito fala também às igrejas e às comunidades, e não somente aos indivíduos. São Pedro, nos Atos, reúne os dois testemunhos – interior e exterior, pessoal e público – do Espírito Santo. Tão logo acabou de falar às multidões sobre Cristo enviado à morte e ressuscitado, elas se sentiram “compungidas” (cf. At 2,37); repetiu as mesmas palavras diante dos chefes do Sinédrio e eles se enfureceram (cf. At 4,8ss). O mesmo discurso, o mesmo pregador, mas um efeito totalmente diverso. Como assim? A explicação está nestas palavras que o apóstolo pronuncia naquela circunstância:

“E disso somos testemunhas, nós e o Espírito Santo, que Deus concedeu àqueles que lhe obedecem” (At 5,32).

É necessário que dois testemunhos se unam para que possa desabrochar a fé: o dos apóstolos, que proclamam a Palavra, e o do Espírito, que permite acolhê-la. A mesma ideia é expressa no Evangelho de João, quando, falando do Paráclito, Jesus diz: “Quando, porém, vier o Defensor [...], ele dará testemunho de mim. E vós, também, dareis testemunho [...]” (Jo 15,26-27a).

É igualmente fatal pretender deixar de lado uma ou outra das duas guias do Espírito. Quando se descuida do testemunho interior, cai-se facilmente na juridicidade e no autoritarismo; quando se descuida da exterior, apostólica, cai-se no subjetivismo e no fanatismo. Na Antiguidade, rejeitavam o testemunho apostólico, oficial, os gnósticos. Contra eles, Santo Irineu escreveu as conhecidas palavras:

Foi confiado à Igreja o Dom de Deus, como o sopro para a criatura plasmada [...]. Não participam dele aqueles que não correm para a Igreja [...]. Tendo-se separado da verdade, eles se agitam em todo erro, deixando-se agitar por ele; de acordo com os momentos, pensam sempre de maneira diferente sobre os mesmos argumentos, sem nunca manter um pensamento estável<sup>48</sup>.

Quando se reduz tudo a mera escuta pessoal, privada, do Espírito, abre-se caminho a um processo irrevogável de divisões e subdivisões, porque cada qual acredita estar na posição justa e na própria divisão e multiplicação das denominações e das seitas, frequentemente em desacordo uns com os outros em pontos essenciais, o que demonstra não haver em todos o mesmo Espírito de verdade falando, porque de outro modo ele estaria em contradição consigo mesmo.

Como se sabe, esse é o perigo a que está exposto principalmente o mundo protestante, tendo erigido o “testemunho interno” do Espírito Santo como único critério de verdade, contra todo testemunho externo, eclesial, que não seja o exclusivo da Palavra escrita<sup>49</sup>. Alguns grupos extremos irão tão além a ponto de destacarem a guia interior do Espírito, separando-a, inclusive, da Escritura; haverá, então, os diversos movimentos de “entusiastas” e de “iluminados”, que marcaram a história da Igreja, seja a católica, seja a ortodoxa e a protestante. O desembarcadouro mais frequente dessa tendência, que se concentra no testemunho interno do Espírito, está no fato de que o Espírito, insensivelmente... perde a letra maiúscula, para coincidir com o simples espírito humano. Foi o que aconteceu com o racionalismo.

É preciso, porém, reconhecer que existe também o risco oposto: o de tornar absoluto o testemunho exterior e público do Espírito, ignorando o individual, que se exerce mediante a consciência iluminada pela graça.

Em outras palavras, há o risco de reduzir a guia do Paráclito apenas ao magistério oficial da Igreja, empobrecendo assim a ação diversificada do Espírito Santo. Nesse caso, prevalece facilmente o elemento humano, organizacional e institucional; favorece-se a passividade do corpo e abre-se a porta para a marginalização do laicato e a excessiva clericalização da Igreja.

Também, nesse caso, como sempre, devemos reencontrar a totalidade, a síntese, que é o critério verdadeiramente “católico”. O ideal é uma saudável harmonia entre a escuta daquilo que o Espírito diz a mim, individualmente, com o que diz à Igreja em seu conjunto e, por meio da Igreja, aos indivíduos. Com seu decreto sobre a liberdade de consciência, o Concílio Vaticano II quis realizar precisamente essa síntese.

## 5. O discernimento na vida pessoal

Vejam agora a guia do Espírito no caminho espiritual de cada crente. Ela é considerada sob a denominação de discernimento dos espíritos. O primeiro e fundamental discernimento dos espíritos é o que permite distinguir “o Espírito que vem de Deus” do “espírito do mundo” (cf. 1Cor 2,12). São Paulo estabelece um critério objetivo de discernimento, o mesmo que Jesus havia dado: o critério dos frutos. As “obras da carne” revelam certo desejo que vem do homem velho pecaminoso, mas “os frutos do Espírito” revelam o que vem do Espírito (cf. Gl 5,19-22). “Pois o que a carne deseja é contra o Espírito, e o que o Espírito deseja é contra a carne [...]” (Gl 5,17a).

Por vezes, entretanto, esse critério objetivo não é suficiente, uma vez que a escolha não é entre bem e mal, mas entre um bem e outro bem, tratando-se de investigar entre eles qual é o que Deus quer, em uma circunstância precisa. Foi, sobretudo, para

responder a esta exigência, que Santo Inácio de Loyola desenvolveu a sua doutrina sobre o discernimento. Ele convida a observar principalmente um detalhe: as próprias disposições interiores, as intenções (os “espíritos”) que estão por detrás de uma escolha.

Santo Inácio sugeriu meios práticos para aplicar tais critérios<sup>50</sup>. Um é este que passamos a expor. Quando se está diante de duas escolhas possíveis, é preciso deter-se primeiro em uma, como se devêssemos, sem dúvida, seguir aquela; permanecer nesse estado durante um dia ou mais; a seguir, avaliar as reações do coração diante de tal escolha: se proporcionar paz, harmoniza-se com o restante das próprias escolhas; se algo dentro de você encorajá-lo naquela direção, ou se, ao contrário, a escolha deixar um véu de inquietude... Repetir o processo com a segunda hipótese. Fazer tudo em um clima de oração, de abandono à vontade de Deus, de abertura ao Espírito Santo.

Uma disposição habitual, de fundo, que é preciso manter – a vontade de Deus – é a condição mais favorável para um bom discernimento. Jesus dizia: “[...] o meu julgamento é justo, porque procuro fazer não a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou” (Jo 5,30b).

O perigo, em algumas formas modernas de entender e praticar o discernimento, está em acentuar de tal maneira os aspectos psicológicos a ponto de esquecer o agente primário de todo discernimento, que é o Espírito Santo. Existe uma profunda razão teológica que justifica esse fato. O Espírito Santo é, Ele próprio, a vontade substancial de Deus. E quando entra em uma alma, “manifesta-se como a própria vontade de Deus para aquele no qual se encontra”<sup>51</sup>.

O fruto concreto dessa meditação poderia ser uma renovada decisão de confiar-nos em tudo e por tudo à guia interior do Espírito Santo, como por uma espécie de “direção espiritual”. Está escrito que “sempre que a nuvem se elevava de cima da morada, os israelitas punham-se a caminho; nunca partiam antes que a nuvem se levantasse” (Ex 40,36b-37). Também nós nada devemos empreender, se não for o Espírito Santo, do qual, segundo a tradição, a nuvem era figura, que nos move e sem havê-Lo consultado antes de qualquer ação.

Temos o mais luminoso exemplo na própria vida de Jesus. Ele jamais empreendeu o que quer que fosse sem o Espírito Santo. Com o Espírito Santo foi para o deserto, com a potência do Espírito Santo retornou e deu início à Sua pregação; “pelo Espírito Santo” escolheu seus apóstolos (cf. At 1,2); no Espírito pregou e ofereceu a Si mesmo ao Pai (cf. Hb 9,14).

São Tomás fala dessa condução interior do Espírito como uma espécie de “instinto próprio dos justos”: “Como na vida corporal o corpo não é movido senão pela alma que o vivifica, assim na vida espiritual, todo nosso movimento deveria provir do Espírito Santo”<sup>52</sup>.

É assim que age a “lei do Espírito”; trata-se do que o apóstolo denomina “ser conduzidos pelo Espírito” (cf. Gl 5,18).

Devemos abandonar-nos ao Espírito Santo como as cordas da harpa aos dedos de quem as move. Como excelentes atores, manter sempre os ouvidos alongados para a voz de quem está escondido para sugerir, a fim de recitar fielmente nossa parte na cena da vida. É mais fácil do que se pensa, porque Aquele que sugere fala dentro de nós, ensina-nos todas as coisas e nos instrui a respeito de tudo. Basta, por vezes, um simples olhar interior, um movimento do coração, uma oração. A respeito de um santo bispo do século II, Melitone di Sardi, lê-se este belo elogio que gostaria pudesse ser repetido sobre cada um de nós depois da morte: “Em sua vida, fez todas as coisas movido pelo Espírito Santo”<sup>53</sup>.

## Capítulo quatro

# “Também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos, [...] esperando”

*O Espírito Santo, alma da escatologia cristã*

## 1. O Espírito da promessa

Escutemos a passagem de Romanos 8, sobre a qual queremos meditar hoje:

[...] também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos em nosso íntimo, esperando a condição filial, a redenção de nosso corpo. Pois é na esperança que fomos salvos. Ora, aquilo que se tem diante dos olhos não é objeto de esperança: como pode alguém esperar o que está vendo? Mas, se esperamos o que não vemos, é porque o aguardamos com perseverança (Rm 8,23-25).

A mesma tensão entre *promessa* e *cumprimento* que se observa na Escritura, a propósito da pessoa de Cristo, observa-se também com relação à pessoa do Espírito Santo. Como Jesus foi primeiro prometido nas Escrituras, depois manifestado segundo a carne e, por fim, esperado em Seu retorno final, assim o Espírito, outrora “prometido pelo Pai”, foi dado no Pentecostes e é agora novamente esperado e invocado “com gemidos inefáveis” pelo homem e por todo o mundo criado que, tendo experimentado Suas primícias, esperam a plenitude do Seu dom.

Nesse espaço que se estende do Pentecostes à Parusia<sup>54</sup>, o Espírito é a força que nos impele para a frente, que nos mantém no caminho, que não nos permite recostar e tornar um povo “sedentário”, que nos faz cantar com um sentido novo os “salmos das ascensões”: “Fiquei alegre, quando me disseram: ‘Vamos à casa do Senhor!’” (Sl 122,1). Ele é Aquele que dá impulso e, por assim dizer, põe asas em nossa esperança; além do mais, é o próprio princípio e a alma da nossa esperança.

No Novo Testamento, dois autores nos falam do Espírito como “promessa”: Lucas e Paulo, porém, como veremos, com uma importante diferença. No Evangelho de Lucas e nos Atos, é o próprio Jesus quem fala do Espírito como “a promessa do Pai”:

Ao tomar a refeição com eles, deu-lhes esta ordem: “Não vos afasteis de Jerusalém, mas esperai a realização da promessa do Pai, da qual me ouvistes falar, quando eu disse: ‘João batizou com água; vós, porém, dentro de poucos dias sereis batizados com o Espírito Santo’” (At 1,4-5).

A que se refere Jesus, quando chama o Espírito Santo promessa do Pai? Onde é que o Pai fez esta promessa? Pode-se afirmar que todo o Antigo Testamento é uma promessa do Espírito. A obra do Messias é constantemente apresentada como ponto culminante em uma nova efusão universal do Espírito de Deus sobre a terra. O confronto com as

palavras pronunciadas por Pedro no dia de Pentecostes mostra que Lucas pensa, de modo particular, na profecia de Joel: “Nos últimos dias, diz o Senhor, derramarei do meu Espírito sobre toda carne” (At 2,17a).

Todavia, não somente nela. Como não pensar também no que se lê em outros profetas? “Até que sobre nós se derrame o espírito que vem do alto” (Is 32,15a). “Derramarei meu espírito nos teus descendentes” (Is 44,3b). “Porei em vós o meu espírito” (Ez 36,27a).

## 2. O Espírito, primícia e garantia

Quanto ao *conteúdo* da promessa, Lucas acentua, como é seu costume, o *aspecto carismático* do dom do Espírito, particularmente a profecia. A promessa do Pai é “a potência do alto” que tornará os discípulos capazes de levar a salvação aos confins da terra. Passando de Lucas para Paulo, entra-se em uma perspectiva nova, teologicamente muito mais profunda. Ele enumera diversos objetos da promessa: a justificação, a filiação divina, a herança; entretanto, o que resume tudo, o objeto por excelência da promessa é exatamente o Espírito Santo que ele menciona ora como “Espírito prometido” (cf. Gl 3,14), ora como “Espírito Santo prometido” (cf. Ef 1,13).

Duas são as ideias novas introduzidas pelo apóstolo no conceito de promessa. A primeira está no fato de que a promessa de Deus não depende da observância da lei, mas sim da fé e, portanto, da graça. Deus não promete o Espírito a quem observa a lei, mas a quem crê em Cristo.

“[...] recebestes o Espírito pela prática da Lei, ou pela fé, mediante a pregação? [...] De fato, se é pela Lei que se obtém a herança, então já não é em virtude da promessa” (Gl 3,2b.18a).

A segunda novidade, em certo sentido, é desconcertante. É como se Paulo quisesse extinguir, logo ao nascer, toda tentação “entusiástica”, dizendo que a promessa ainda não está cumprida... ao menos por completo! Dois conceitos aplicados ao Espírito Santo são, a esse respeito, reveladores: primícia (*aparchè*) e garantia (*arrabón*). O primeiro consta em nosso texto de Romanos 8, o outro lê-se na segunda carta aos Coríntios: “[...] também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos em nosso íntimo, esperando a condição filial, a redenção de nosso corpo” (Rm 8,23).

É Deus que nos confirma, a nós e a vós, em nossa adesão a Cristo, como também é Deus que nos ungiu. Foi ele que imprimiu em nós a sua marca e nos deu como garantia o Espírito derramado em nossos corações (2Cor 1,21-22).

“E quem nos preparou para isto é Deus, que nos deu seu Espírito em garantia” (2Cor 5,5).

O que, afinal, vem dizer o apóstolo dessa maneira? Que o cumprimento efetivado em Cristo não exauriu a promessa. Nós, afirma ele, fazendo uso de um contraste singular, “possuímos [temos]... esperando”, possuímos e esperamos. Exatamente porque aquilo que possuímos não é ainda a plenitude, mas apenas uma primícia, uma antecipação, nasce em nós a esperança. Melhor dizendo, o desejo, a expectativa, o anseio tornam-se ainda mais intensos que antes, porque agora já se sabe o que vem a ser o Espírito. A vinda do Espírito Santo no Pentecostes agregou combustível, por assim dizer, sobre a chama do desejo humano.

Sucedeu exatamente como aconteceu com Cristo. Sua vinda cumpriu todas as promessas, mas não pôs fim à expectativa. A expectativa é relançada sob forma de espera do Seu retorno na glória. O título “promessa do Pai” coloca o Espírito Santo precisamente no coração da escatologia cristã. Não se pode, portanto, acolher sem reservas a afirmação de certos estudiosos, segundo os quais, “na concepção dos judeus cristãos, o Espírito era primariamente a força do mundo *futuro*, a qual, segundo os cristãos helenistas, é a força do mundo *superior*”. Paulo demonstra que as duas concepções não se opõem necessariamente entre si, podendo, em vez disso, coexistirem juntas. Nele, o Espírito é, ao mesmo tempo, realidade do mundo superior, divino, e força do mundo que está por vir.

Na passagem das primícias à plenitude, as primeiras não serão arremessadas para dar lugar à segunda, antes, elas próprias tornar-se-ão plenitude. Conservaremos tudo quanto já possuímos e iremos adquirir o que ainda não temos. Será o próprio Espírito que irá se expandir em plenitude.

O princípio teológico “a graça é o início da glória”, aplicado ao Espírito Santo, significa que as primícias são o início do cumprimento, o início da glória, parte dela. Não é preciso, nesse caso, traduzir *arrabón* por “penhor” (*pignus*), mas somente por garantia (*arra*). O penhor não significa o início do pagamento, mas algo que é dado apenas como espera do pagamento. Uma vez efetuado o pagamento, o penhor é restituído. Não sucede o mesmo com a garantia. Ela não é restituída no momento do pagamento, e sim completada. Já faz parte do pagamento.

Se Deus nos deu o amor por meio de seu Espírito, como penhor, quando nos for concedida a realidade por completo, acaso nos será tirado o penhor? Certamente que não, mas o que já foi dado irá completá-lo<sup>25</sup>.

O amor de Deus que antegozamos aqui na terra, graças à garantia do Espírito, é, pois, da mesma *qualidade* que aquele do qual gozaremos na vida eterna, não tendo,

porém, a mesma *intensidade*. O mesmo se deve dizer da posse do Espírito Santo.

Como se vê, interveio uma profunda transformação no significado da festa de Pentecostes. Em sua origem, Pentecostes era a festa das primícias<sup>56</sup>, isto é, o dia em que eram oferecidas a Deus as primícias da colheita. Ora, ela continua sendo ainda a festa das primícias, porém das primícias que Deus oferece à humanidade, em seu Espírito. Inverteram-se os papéis do doador e do beneficiário, em perfeito acordo com o que acontece, em todos os campos, na passagem da lei para a graça, da salvação como obra do homem, para a salvação como dom gratuito de Deus.

Isso explica como a interpretação do Pentecostes, como festa das primícias, estranhamente, nunca teve quase nenhum correspondente em âmbito cristão. Santo Irineu fez uma tentativa em tal sentido, dizendo que no dia de Pentecostes “o Espírito oferecia ao Pai *as primícias de todas as gentes*”<sup>57</sup>, todavia, sua iniciativa não teve praticamente qualquer sequência no pensamento cristão.

### 3. O Espírito Santo, alma da Tradição

A época patrística, diferentemente de todos os outros aspectos da pneumatologia<sup>58</sup>, não oferece, a propósito do Espírito como promessa, uma contribuição importante, e isso em razão do interesse menor demonstrado pelos padres pela perspectiva histórica e escatológica em relação à ontológica. São Basílio tem um belo texto sobre o papel do Espírito na consumação final; escreveu ele:

No momento da esperada manifestação do Senhor dos céus, também o Espírito Santo não estará ausente [...]. Quem pode ignorar os bens que Deus prepara para aqueles que são dignos deles, a tal ponto de não compreender que mesmo a coroa dos justos é graça do Espírito Santo?<sup>59</sup>.

Todavia, olhando bem, o Santo diz somente que o Espírito Santo terá uma parte ativa também no ato final da história humana, quando se passará do tempo para a eternidade. Está ausente qualquer reflexão sobre o papel que o Espírito Santo exerce já agora, no tempo, para impulsionar a humanidade rumo ao cumprimento. Falta o sentido do Espírito Santo como impulso, força propulsora do povo de Deus, caminho rumo à pátria.

O Espírito incentiva os crentes a serem vigilantes e esperarem a volta de Cristo, ensinando a Igreja a dizer: “Vem, Senhor Jesus!” (cf. Ap 22,20). Quando o Espírito diz *Marana-thà* com a Igreja, é como quando diz “Abá” no coração do crente: deve-se entender que Ele *faz dizer*, que se faz voz da Igreja. Com efeito, por si mesmo o Paráclito não poderia clamar “Abá”, porque não é o filho do Pai e não poderia clamar *Marana-thà*, “Vem, Senhor”, porque não é servo de Cristo, porém “Senhor” tanto quanto Ele, como professamos no Credo.

“[...] receberá do que é meu para vos anunciar” (Jo 16,14), diz Jesus a respeito do Paráclito: isso é, desvendará o conhecimento da nova ordem de coisas brotada da Páscoa. O Espírito Santo é, pois, a mola da escatologia cristã, aquele que mantém a Igreja estendida para a frente, rumo à volta do Senhor. E isso é precisamente o que a reflexão bíblica e teológica dos nossos dias procurou colocar em evidência. A nova existência suscitada pelo Espírito, escreve Moltmann, é já ela própria escatológica, sem esperar o momento final da Parusia, no sentido de que é o início de uma vida que só irá manifestar-se plenamente quando se houver estabelecido o modo de existência determinado pelo único Espírito, já não mais hostilizado pela carne. O Espírito não é somente promessa em sentido estático, mas a força da promessa, aquele que faz perceber a possibilidade da libertação, que faz sentir como ainda mais pesadas e intoleráveis as cadeias, impelindo, por isso, a quebrá-las<sup>60</sup>.

Essa visão paulina do Espírito Santo como promessa e como primícia nos permite descobrir o verdadeiro sentido da Tradição da Igreja. A Tradição não é primariamente um conjunto de coisas “transmitidas”, mas é, em primeiro lugar, o princípio dinâmico de transmissão. Antes, ela é a própria vida da Igreja, uma vez que, animada pelo Espírito sob a guia do Magistério, se desenvolve na fidelidade a Jesus Cristo. Santo Irineu escreve que a revelação é “como um depósito precioso contido em um vaso de valor que, graças ao Espírito de Deus, rejuvenesce sempre e faz rejuvenescer também o vaso que a contém”<sup>61</sup>.

O vaso de valor que rejuvenesce com o seu conteúdo é precisamente a pregação da Igreja e a Tradição.

Por essa razão, o Espírito Santo é a alma da Tradição. Caso se elimine ou se esqueça o Espírito Santo, o que resta dela é tão somente letra morta. Se, como afirma São Tomás de Aquino, “sem a graça do Espírito Santo, até mesmo os preceitos do Evangelho seriam letra que mata”, o que deveremos dizer da Tradição?

A Tradição é, por essa razão, uma força de permanência e de conservação do passado, mas é também uma força de inovação e de crescimento; é, conjuntamente, memória e antecipação. É como a onda da pregação apostólica, que avança e se propaga pelos séculos<sup>62</sup>. Não se pode apanhar a onda, a não ser em movimento. Congelar a tradição em determinado momento da história significa fazer dela uma “tradição morta”, e não mais, como a denomina Santo Irineu, uma “tradição vivente”.

#### 4. O Espírito Santo nos faz abundar na esperança

O apelo que brota da nossa meditação é: esperar, esperar sempre, e se já esperamos mil vezes e em vão, tornar a esperar mais uma vez! A encíclica do Santo Padre Bento

XVI, cujo título *Spe salvi*, na esperança fomos salvos, é extraído exatamente do trecho paulino que comentamos, começa com estas palavras:

A redenção, a salvação, segundo a fé cristã, não é um simples dado de fato. A redenção nos é oferecida no sentido de que nos foi doada a esperança, uma esperança confiável, em virtude da qual nós podemos enfrentar o nosso presente: o presente, mesmo um presente fatigoso pode ser vivido e aceito, desde que conduza a uma meta, e quanto a esta meta possamos estar seguros, se esta meta for tão grandiosa que justifique a fadiga do percurso.

Estabelece-se uma espécie de equivalência e possibilidade de intercâmbio entre esperar e ser salvos, como também entre esperar e crer. “A fé – escreve o Papa – é esperança”, confirmando, assim, de um ponto de vista teológico, a intuição poética de Charles Péguy, que inicia seu poema sobre a segunda virtude com as palavras: “A fé que prefiro – diz Deus – é a esperança”.

Do mesmo modo que distinguimos dois tipos de fé: a fé *crida* e a fé *crente* (ou seja, as coisas cridas e o ato de crer, considerado em si mesmo), assim ocorre com a esperança. Existe uma esperança objetiva, que indica a coisa esperada – a herança eterna – e existe uma esperança subjetiva, que é o próprio ato de esperar alguma coisa. Nessa última, trata-se de uma força de propulsão para a frente, um impulso interior, uma extensão da alma, um dilatar-se em direção ao futuro. Dizia um antigo padre: “Uma amorosa migração do espírito para aquilo que se espera”<sup>63</sup>.

Paulo nos ajuda a descobrir a relação vital que existe entre a virtude teologal da esperança e o Espírito Santo. Ele faz remontar à ação do Espírito Santo cada uma das três virtudes teologais. Escreve:

Quanto a nós, que nos deixamos conduzir pelo Espírito, é da fé que aguardamos a justificação, objeto de nossa esperança. Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé agindo pelo amor; ser ou não circuncidado não tem importância alguma (Gl 5,5-6; cf. Rm 5,5).

O Espírito Santo se nos apresenta, assim, como a fonte e a força da nossa vida teologal. É especialmente por mérito Seu que podemos “transbordar na esperança”. Escreve o apóstolo, pouco além, na mesma Carta aos Romanos: “Que o Deus da esperança vos encha de toda alegria e paz, em vossa vida de fé. Assim, vossa esperança transbordará, pelo poder do Espírito Santo” (Rm 15,13).

“O Deus da esperança”: quão insólita definição de Deus!

A esperança foi chamada, às vezes, de “parente pobre” entre as três virtudes teologais. Houve, é verdade, um momento de intensa reflexão sobre o tema da esperança, a ponto de dar lugar a uma “teologia da esperança”. Faltou, no entanto, uma reflexão sobre a relação entre esperança e Espírito Santo. Não obstante, não se compreende a peculiaridade da esperança cristã e sua alteridade com relação a qualquer

outra ideia de esperança, se não for vista em sua relação íntima com o Espírito Santo. É Ele que estabelece a diferença entre o “*princípio* esperança” e a *virtude* teologal da esperança. As virtudes teologais são denominadas como tais não apenas porque têm Deus como seu fim, mas também porque têm Deus como seu princípio; Deus não é somente seu objeto, mas também sua causa. São causadas, infundidas por Deus.

Temos necessidade de esperança para viver e temos necessidade de Espírito Santo para esperar! Todo tempo é bom para esperar, mas principalmente o tempo de tribulação:

E não só isso [escreve o apóstolo], pois nos ufanamos também de nossas tribulações, sabendo que a tribulação gera a constância, a constância leva a uma virtude provada e a virtude provada desabrocha em esperança. E a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,3-5).

A esperança é, pois, a virtude mais necessária neste tempo de crise para o mundo e de tribulação para a Igreja.

Um dos principais perigos no caminho espiritual é desanimar diante do repetir-se dos mesmos pecados e do suceder-se, aparentemente inútil, de propósitos e recaídas. A esperança nos salva. Ela nos dá a força para recomeçar sempre desde o começo, de acreditar, todas as vezes, que será o bom retorno da verdadeira conversão. Assim fazendo, comovemos o coração de Deus, o qual virá em nosso socorro com Sua graça.

A fé não me assombra – diz Deus. É, mais uma vez, o poeta da esperança que fala, melhor ainda, faz Deus falar –. Resplandeço de tal modo em minha criação. A caridade não me admira, diz Deus. Aquelas pobres criaturas são tão infelizes que, se não tivessem um coração de pedra, como não teriam caridade umas para com as outras [...]. Porém, a esperança, diz Deus, eis o que me espanta. Que aqueles pobres filhos vejam como andam as coisas e que creiam que serão melhores na manhã seguinte. Isto é estupefaciente. E é preciso que minha graça seja deveras de uma força incrível<sup>64</sup>.

Não podemos contentar-nos em ter esperança somente para nós. O Espírito Santo quer fazer de nós semeadores de esperança. Não há dom mais belo do que propagar a esperança em casa, na comunidade, na Igreja local e universal. Ela é como certos produtos modernos que regeneram o ar, perfumando totalmente um ambiente.

Finalizo com um texto de Paulo VI que resume muitos dos pontos abordados nas reflexões precedentes:

perguntamo-nos muitas vezes [...] quais as necessidades advertidas, primeira e última, para esta nossa Igreja abençoada e diletta. Devemos dizê-lo quase trepidantes e suplicantes, porque, vós o sabeis, é o seu mistério e a sua vida: o Espírito, o Espírito Santo, animador e santificador da Igreja, sua respiração divina, o vento de suas velas, seu princípio unificador, sua fonte interior de luz e de força, seu apoio e seu consolador, sua fonte de carismas e de cantos, sua paz e seu gozo, seu penhor e prelúdio de uma vida bem-aventurada e eterna. A Igreja tem necessidade de seu perene

Pentecostes; tem necessidade de fogo no coração, de palavra sobre os lábios, de profecia no olhar [...]. Tem necessidade, esta mesma Igreja, de readquirir o anseio, o gosto e a certeza da sua verdade<sup>65</sup>.

---

1 Pontos mais importantes, principais (N.T. – Nota do tradutor).

---

2 Espaço universal, composto de matéria e energia; universo (N.T.).

3 Cf. Agostinho, *Esposizione sulla Lettera ai Romani* [Exposição sobre a Carta aos Romanos], 45 (PL 35, 2074 s).

4 A. Giglioli, *L'uomo o Il creato? Ktisis in S. Paulo* [O homem ou o criado? Ktisis em S. Paulo], Bolonha: Dehoniane, 1994.

5 H. Schlier, *La lettera ai Romani* [A Carta aos Romanos], Brescia: Paideia, 1982, p. 429. Tradução livre.

6 Virgílio, *Eneide*, I, 462.

7 O platonismo é o ensinamento filosófico de Platão (427 – 347 a.C.). Platão afirmava a existência de uma verdade suprema: as ideias das formas ideais, das quais se origina o mundo sensível, tal como o percebemos, e que é sujeito ao devir, à corrupção e à morte. O gnosticismo é um movimento religioso, de caráter sincrético e esotérico, desenvolvido nos primeiros séculos, combinando misticismo e especulação filosófica. Os elementos comuns desse movimento são: dualismo entre o mundo espiritual e mundo material, sendo este último considerado intrinsecamente mau; convicção de que o mundo material é fruto da degradação de um ser divino; divisão da humanidade em três categorias: os hílicos (ou materiais), os psíquicos e os gnósticos (espirituais). O docetismo é uma doutrina existente nos séculos II e III que negava a existência de um corpo material a Jesus Cristo, que seria apenas espírito. Ao negar a verdade e a concretude da condição humana do Filho de Deus, exclui-se de fato a possibilidade da encarnação. O maniqueísmo é o dualismo religioso sincretista, cuja doutrina consistia basicamente em afirmar a existência de um conflito cósmico entre o reino da luz (o Bem) e o das sombras (o Mal), em localizar a matéria e a carne no reino das sombras, e em afirmar que ao homem se impunha o dever de ajudar à vitória do Bem por meio de práticas ascéticas, evitando a procriação e os alimentos de origem animal. Reconhecia que a matéria é intrinsecamente má. Os cátaros possuíam uma doutrina dualista, o que os levava a rejeitar grandes partes do Antigo Testamento e a negar o mistério da Encarnação. Para os cátaros, a matéria teria sido criada pelo deus do mal, para aprisionar nela o espírito do Deus bom (N.T.).

8 Cf. Irineu, *Adv. Haer.* [Contra as heresias], V, 1, 2; V, 3, 3.

9 Defesa argumentativa de que a fé pode ser comprovada pela razão (N.T.).

10 Cf. C. F. Mooney, *Teilhard de Chardin et le mystère du Christ* [Teilhard de Chardin e o mistério de Cristo], Paris: Aubier, 1966.

11 M. Blondel; A. Valensin, *Correspondance* [Correspondência], Paris: Aubier, 1965. Tradução livre.

12 *Gaudium et spes*, n. 26

13 Tomás de Aquino, *Somma contro i gentili* [Suma contra os gentios], IV, 20, n.3570 (Marietti, Turim, 1961, vol. 3, p. 286).

14 Basílio, *Sullo Spirito Santo* [Sobre o Espírito Santo], XVI, 38 (PG 32, 136).

15 Ambrósio, *Sullo Spirito Santo* [Sobre o Espírito Santo], II, 32. Tradução livre.

16 Relativo à cosmogonia, que são os princípios (religiosos, míticos ou científicos) que se ocupam em explicar a origem do universo (N.T.).

17 Assim, G. Von Rad, em *Genesi. Traduzione e commento di G. Von Rad* [Gênesis. Tradução e comentário de G. Von Rad], Brescia: Paideia, 1978, p. 56-57; todavia, é preciso notar que, em *Enuma Elish*, o vento sopra como um aliado do Deus criador, e não como um elemento hostil que se opõe a ele: cf. R. J. Clifford; R. E. Murphy, em *The New Jerome Biblical Commentary* [O Novo Comentário Bíblico de Jerônimo], 1990, p. 8-9.

18 Ciência que tem por objetivo a interpretação de textos religiosos (N.T.).

19 Assim ocorre na *Biblia de Jerusalém*: cf. notas ao Gn 1,2 e Mt 3,16 e em *The New Jerome Biblical Commentary*, New Jersey: Prentice Hall, 1990, p. 10 e 638.

20 Basílio, *Esomerone*, II, 6 (SCH 26, p. 168). Lutero, *Sulla Genesi* (WA 42, p. 8).

21 Toda a criação (N.T.).

22 Massimo de Turim, *Sermo de sancta Pascha* [Sermão de santa Páscoa], 54, I (CC 23, p. 218).

---

23 Agostinho, *Sermo Mai*, 158, 4: PLS 2, 525.

24 Severiano di Gabala, in *Catena in Actus Apostolorum* 2, I, ed. J. A. Cramer, 3, Oxford 1838, p. 16.

25 Agostinho, *De Spiritu et littera*, 16, 28; CSEL, 60, 182.

26 Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, I-IIae, q. 106, a. 2.

27 *Ibid.*, q. 106, a. I; cf. Agostinho. *De Spiritu et littera*, op. cit., 21, 36.

28 Tomás de Aquino, *Commento allá Lettera ai Romani* [Comentário à Carta aos Romanos], cap. V, lição I, n. 392.

29 Cf. Agostinho, *Commento al Vangelo di Giovanni* [Comentário ao Evangelho de João], 26, 4-5: CCL 36, 261; Confession [Confissões]i, XIII, 9.

30 “A economia da lei e da graça desvia o coração dos homens da ambição e da inveja e o inicia no desejo do Sumo Bem; instrui-o nos desejos do Espírito Santo, que sacia o coração do homem” (CIC 2541) (N.T.).

31 J. P. Sartre, *Les mouches* [As moscas], Paris: Gallimard, 1943, p. 134s.

32 Agostinho, *De Spiritu et littera* [Sobre o Espírito e a letra], op. cit., 19, 34.

33 Equivalente a compenetração, como nas três Pessoas da Santíssima Trindade, que permanecem uma na outra em uma única substância (N.T.).

34 S. Kierkegaard, *Gli atti dell'amore* [Os atos do amor], I, 2, 40, ed. a cura di C. Fabro, Milão, 1983, p. 177ss.

35 Palavra ou comentário de cunho satírico (N.T.).

36 Bento XVI, *Deus caritas est* [Deus é caridade], n. 6.

37 Num sistema físico, a medida da energia não disponível para a realização do trabalho (N.T.).

- 
- 38 Abade cisterciense e filósofo místico. O seu pensamento deu origem a diversos movimentos filosóficos (N.T.).
- 39 Foi um patriarca de Constantinopla, teólogo e escritor cristão. São Gregório teve um impacto significativo na formação da teologia trinitária (N.T.).
- 40 São Gregório Nazianzeno, *Discorsi*, XXXI, 26 (PG 36, 161 s).
- 41 Gregori Nisseno, *Sulla fede* [Sobre a fé] (PG 45, 1241C): cf. Ps. Atanasio, *Dialogo contro i Macedoniani* [Diálogo contra os Macedônios], I, 12 (PG 28, I.308C).
- 42 Ambrósio, *Apologia di David*, 15, 73 (CSEL. 32, 2, p. 348).
- 43 *Gaudium et spes*, n. 11.
- 44 Máximo Confessor, *Capitoli vari* [Capítulos diversos], I, 72 (PG 90, 1208D).
- 45 Cf. Agostinho, *Sulla prima lettera di Giovanni* [Sobre a primeira carta de João], 3, 13; 4,1 (PL, 35, 2004 s).
- 46 Cirilo de Jerusalém, *Catechesi* [Catequeses], XVI, 19.
- 47 Cf. F. Collins, *Il linguaggio di Dio* [A linguagem de Deus], Milão: Sperling e Kupfer, 2007.
- 48 Irineu, *Contro le eresie* [Contra as heresias], III, 24, 1-2.
- 49 Cf. J. I. Witte, *Esprit Saint et Eglises séparées* [Espírito Santo e Igrejas separadas], in *Dictionnaire de Spiritualité* [Dicionário de Espiritualidade], 4, 1318-1325.
- 50 Inácio de Loyola, *Esercizi spirituali* [Exercícios espirituais], quarta semana (Ed. BAC, Madri, 1963, p. 262ss).
- 51 Cf. Guilherme de Saint Thierry, *Lo specchio della fede* [O espelho da fé], 61 (SCh 301, p. 128).
- 52 Tomás de Aquino, *Sulla lettera ai Galati* [Sobre a Carta aos Gálatas], e. V, lez. 5, n. 318; lez. 7, n. 340.
- 53 Eusébio de Cesareia, *Storia ecclesiastica* [História eclesiástica], V, 24, 5.

---

54 Do grego *paroousia*, significa presença, vinda. É a vinda do Cristo, no poder e na glória, no fim da história. A Igreja vive na expectativa da Parusia, na vigilância e na oração, com a certeza de que depois da Páscoa, a salvação já se realizou (N.T.).

55 Agostinho, *Discorsi*, 23, 9 (CC 41, p. 314).

56 Cf. Nm 28,26; Lv 23,10.

57 Irineu, *Contro le eresie* [Contra as heresias], III, 17,2; cf. também Eusébio de Cesareia, *Sulla solennità Pasquale* [Sobre a solenidade Pascal], 4(PG 24, 700A).

58 Parte da metafísica que trata da alma e de Deus (N.T.).

59 Basílio, *Sullo Spirito Santo* [Sobre o Espírito Santo], XVI, 40 (PG 32, 141A).

60 Cf. J. Moltmann, *Lo Spirito della vita* [O Espírito da vida], Brescia: Queriniana, 1994, p. 18.92 s.190.

61 Irineu, *Adv. Haer.*, III, 24, 1.

62 H. Holstein, *La tradition dans l'Eglise* [A tradição na Igreja], Pari: Grasset, 1960 (Trad. Ital. *La tradizione nella Chiesa*, Vita e Pensiero, Milão, 1968).

63 Diadoco di Fotica, *Cento capitoli*, preâmbulo (SCH 5, p. 84).

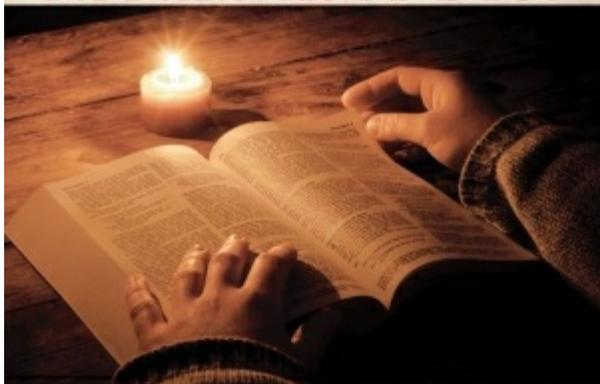
64 Cit. Péguy, *Le porche du mystère de la deuxième vertu* [O portal do mistério da segunda virtude], in *Oeuvres poétiques complètes* [Obras poéticas completas] (Paris: Gallimard, 1975, p. 531ss).

65 Palavras dirigidas à audiência geral de 29 de novembro de 1972 (*Insegnamenti di Paolo VI* [Ensinamentos de Paulo VI], Tipografia Poliglotta Vaticana, X, p. 1210s).

PE. RANIERO CANTALAMESSA

# O Mistério

DA PALAVRA DE DEUS



  
Canção Nova  
EDITORA

# O mistério da palavra de Deus

Cantalamessa, Raniero

9788576776659

136 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma palavra, quando dotada de sabedoria, pode transformar vidas. Jesus Cristo quando esteve em terra, diferentemente dos ídolos que "têm boca e não falam" (Sl 115,5), se fez ouvir e transmitiu a mensagem salvadora do Pai. Antes disso, o próprio Deus se utilizava de um falar diferente do humano, um falar que ressoava aos ouvidos do coração e tinha o poder de resgatar homens. Nesta obra, Pe. Raniero Cantalamessa explica que nós, anunciadores da Palavra de Deus, simples vasos de barro que carregam o verdadeiro tesouro, devemos conhecê-la profundamente e transmiti-la de forma verdadeira. Com o auxílio deste livro, que nossos lábios sejam um instrumento utilizado pelo Pai a fim de propagar a sua Palavra salvífica.

[Compre agora e leia](#)



Márcio Mendes

30  
MINUTOS  
PARA MUDAR  
O SEU DIA

Quando uma simples oração  
pode transformar absolutamente tudo

# 30 minutos para mudar o seu dia

Mendes, Márcio

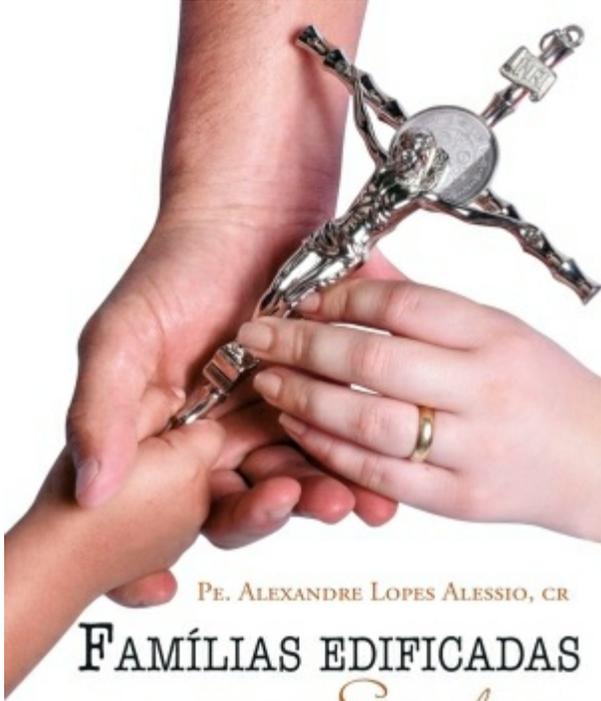
9788576771494

87 páginas

[Compre agora e leia](#)

As orações neste livro são poderosas em Deus, capazes de derrubar as barreiras que nos afastam Dele. Elas nos ajudarão muito naqueles dias difíceis em que nem sequer sabemos por onde começar a rezar. Contudo, você verá que pouco a pouco o Espírito Santo vai conduzir você a personalizar sempre mais cada uma delas. A oração é simples, mas é poderosa para mudar qualquer vida. Coisas muito boas nascerão desse momento diário com o Senhor. Tudo pode acontecer quando Deus é envolvido na causa, e você mesmo constatará isso. O Espírito Santo quer lhe mostrar que existe uma maneira muito mais cheia de amor e mais realizadora de se viver. Trata-se de um mergulho no amor de Deus que nos cura e salva. Quanto mais você se entregar, mais experimentará a graça de Deus purificar, libertar e curar seu coração. Você receberá fortalecimento e proteção. Mas, o melhor de tudo é que Deus lhe dará uma efusão do Espírito Santo tão grande que mudará toda a sua vida. Você sentirá crescer a cada dia em seu interior uma paz e uma força que nunca havia imaginado ser possível.

[Compre agora e leia](#)



PE. ALEXANDRE LOPES ALESSIO, CR

**FAMÍLIAS EDIFICADAS**  
*no Senhor*



# Famílias edificadas no Senhor

Alessio, Padre Alexandre

9788576775188

393 páginas

[Compre agora e leia](#)

Neste livro, Pe. Alexandre nos leva a refletir sobre o significado da família, especialmente da família cristã, uma instituição tão humana quanto divina, concebida pelo matrimônio. Ela é o nosso primeiro referencial, de onde são transmitidos nossos valores, princípios, ideais, e principalmente a nossa fé. Por outro lado, a família é uma instituição que está sendo cada vez mais enfraquecida. O inimigo tem investido fortemente na sua dissolução. Por isso urge que falemos sobre ela e que a defendamos bravamente. Embora a família realize-se entre seres humanos, excede nossas competências, de tal modo que devemos nos colocar como receptores deste dom e nos tornarmos seus zelosos guardiões. A família deve ser edificada no Senhor, pois, assim, romperá as visões mundanas, percebendo a vida com os óculos da fé e trilhando os seus caminhos com os passos da fé. O livro Famílias edificadas no Senhor, não pretende ser um manual de teologia da família. O objetivo é, com uma linguagem muito simples, falar de família, das coisas de família, a fim de promovê-la, não deixando que ela nos seja roubada, pois é um grande dom de Deus a nós, transmitindo, assim, a sua imagem às futuras gerações.

[Compre agora e leia](#)

# JOVEM, O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

DUNGA



  
Editora Congão Negro

# Jovem, o caminho se faz caminhando

Dunga

9788576775270

178 páginas

[Compre agora e leia](#)

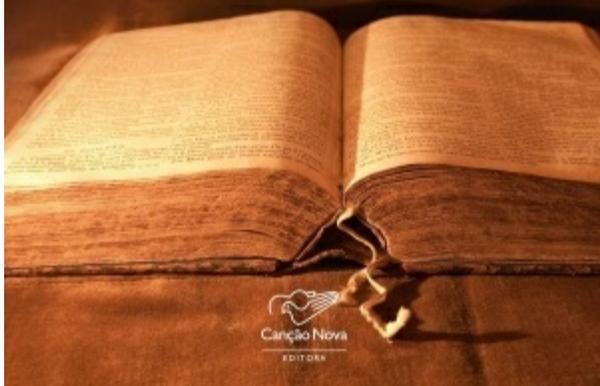
"Caminhante, não há caminho; o caminho se faz caminhando - desde que caminhemos com nosso Deus." Ao ler este comentário na introdução do livro dos Números, na Bíblia, o autor, Dunga, percebeu que a cada passo em nossa vida, a cada decisão, queda, vitória ou derrota, escrevemos uma história que testemunhará, ou não, que Jesus Cristo vive. Os fatos e as palavras que em Deus experimentamos serão setas indicando o caminho a ser seguido. E o caminho é Jesus. Revisada, atualizada e com um capítulo inédito, esta nova edição de Jovem, o caminho se faz caminhando nos mostra que a cura para nossa vida é a alma saciada por Deus. Integre essa nova geração de jovens que acreditam na infinitude do amor do Pai e que vivem, dia após dia, Seus ensinamentos e Seus projetos. Pois a sede de Deus faz brotar em nós uma procura interior, que nos conduz, invariavelmente, a Ele. E, para alcançá-Lo, basta caminhar, seguindo a rota que Jesus Cristo lhe indicará.

[Compre agora e leia](#)

Padre Joãozinho, scj

# #minisermão

*A Palavra certa para as horas incertas!*



# #minisermão

Almeida, João Carlos

9788588727991

166 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma palavra breve e certa pode ser a chave para abrir a porta de uma situação difícil e aparentemente insuperável. Cada #minisermão deste livro foi longamente refletido, testado na vida, essencializado de longos discursos. É aquele remédio que esconde, na fragilidade da pílula, um mar de pesquisa e tecnologia. Na verdade, complicar é muito simples. O complicado é simplificar, mantendo escondida a complexidade. É como o relógio. Você olha e simplesmente vê as horas, sem precisar mais do que uma fração de segundo. Não precisa fazer longos cálculos, utilizando grandes computadores. Simples assim é uma frase de no máximo 140 caracteres e que esconde um mar de sabedoria fundamentado na Palavra de Deus. Isto é a Palavra certa... para as horas incertas.

[Compre agora e leia](#)

# Índice

Premissa	4
Capítulo 1	5
Capítulo 2	15
Capítulo 3	24
Capítulo 4	33